



SDCOM

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

2022

RELATÓRIO SDCOM 2021

LEGISLAÇÃO

DADOS DE INVESTIGAÇÕES ORIGINAIS

DADOS DE REVISÕES DE FINAL DE PERÍODO

DADOS DE AVALIAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

DADOS DE APOIO AO EXPORTADOR

DADOS DE PROJETOS CONCLUÍDOS

DADOS DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E NEGOCIAÇÕES

Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM)

FICHA TÉCNICA

Autoridades

Roberto Fendt

(Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais – SECINT)

João Luís Rossi

(Secretária Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais Adjunta – SECINT)

Lucas Pedreira Ferraz

(Secretário de Comércio Exterior – SECEX)

Coordenação Geral

Amanda Athayde Linhares Martins Rivera

(Subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público – SDCOM)

Redação e Organização

Frank Henrique Pedrosa Carvalho

Fábio Pucci Martins

Guilherme De Rose Santos

Thallis Luiz Souza Ramos

RELATÓRIO SDCOM Nº 25 – 2021

O RELATÓRIO SDCOM é uma publicação da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (ME)

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 408 - Brasília – DF - CEP 70053-900.

Tel: (61) 2027-7770 e 2027-7345 - E-mail: sdcom@economia.gov.br

O RELATÓRIO SDCOM está disponível em <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico>

As informações publicadas no RELATÓRIO SDCOM podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Economia

Relatório SDCOM [Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público] [recurso eletrônico] / Ministério da Economia, Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Secretaria de Comércio Exterior, Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público. – N. 25 (2021) - . Brasília : SECEX/Ministério da Economia, 2022 - .

v. : il.

Anual

1. Comércio exterior - Relatório. 2. Dumping (Comércio internacional). 3. Salvaguardas (Direito internacional público). 3. Interesse público. 4. Brasil. Secretaria de Comércio Exterior. Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.

CDU - 339.137

CDD - 382.7

ESTRUTURA E ENDEREÇOS¹

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO

Subsecretária: Amanda Athayde Linhares Martins Rivera

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, sala 408 - Brasília – DF - CEP 70053-900

E-mail: sdcom@economia.gov.br

Tel.: (61) 2027-7770

CGSC – COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Coordenadora-Geral: Amanda da Silva Fonseca Serra

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 415 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7998

CGSA - COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING, SALVAGUARDAS E APOIO AO EXPORTADOR

Coordenadora-Geral: Fabio Pucci Martins

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 421 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-9306

CGMC – COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Coordenador-Geral: Adriano Macedo Ramos

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 417 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7613

CGIP – COORDENAÇÃO-GERAL DE INTERESSE PÚBLICO

Coordenador-Geral: Anderson Luiz Monteiro Cavalcante

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 413 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7693

¹ Estrutura organizacional da Subsecretaria vigente conforme o disposto no Decreto Nº 10.072, de 18 de outubro de 2019.

Sumário

| | |
|---|----|
| Índice de Tabelas | 6 |
| Índice de Figuras..... | 6 |
| Apresentação..... | 7 |
| Capítulo I – Legislação Brasileira de Defesa Comercial e Interesse Público | 9 |
| Competências em matéria de defesa comercial e interesse público | 9 |
| Legislação geral..... | 9 |
| Legislação sobre dumping | 10 |
| Legislação sobre subsídios..... | 10 |
| Legislação sobre salvaguardas..... | 11 |
| Legislação sobre interesse público | 11 |
| Capítulo II – Panorama Geral da Defesa Comercial no Brasil | 13 |
| Investigações Originais | 13 |
| Revisões de Final de Período | 15 |
| Avaliações de Interesse Público..... | 18 |
| 2021 Em números..... | 20 |
| Capítulo III – Estatísticas Detalhadas de Defesa Comercial e Interesse Público..... | 23 |
| Capítulo IV – Apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial em outras jurisdições | 39 |
| Capítulo V – Outros projetos concluídos | 48 |
| Guias de Defesa Comercial e Interesse Público..... | 48 |
| Utilização do SEI nos processos de defesa comercial..... | 49 |
| Consolidação normativa e publicação do #SDCOMMecum | 50 |
| Capítulo VI – Participações em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais | 51 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Histórico das Petições (dumping, subsídios e salvaguardas) Analisadas (2005-2021) | 24 |
| Tabela 2 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (somente investigações originais) | 25 |
| Tabela 3 - Investigações contra práticas desleais(dumping e subsídios) e salvaguardas (somente revisões) | 26 |
| Tabela 4 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (investigações originais e revisões)..... | 27 |
| Tabela 5 - Medidas definitivas (dumping, subsídios e salvaguardas) aplicadas (1988-2021) | 30 |
| Tabela 6 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por país (1988-2021) | 31 |
| Tabela 7 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios), por origem, em vigor em 31/12/2021 | 33 |
| Tabela 8 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por segmento econômico (1988-2021) | 34 |
| Tabela 9 - Compromissos de preços homologados em vigor em 31/12/2021 | 37 |
| Tabela 10 - Extensões de medidas antidumping resultado de revisões anticircunvenção em vigor em 31/12/2021 | 37 |
| Tabela 11 - Verificações "in loco" na indústria nacional em 2021 (pandemia do COVID-19) | 38 |
| Tabela 12 - Verificações "in loco" em importadores brasileiros em 2021 (pandemia do COVID-19) | 38 |
| Tabela 13 - Verificações "in loco" no exterior em 2021 (pandemia do COVID-19) | 38 |
| Tabela 14 - Casos contra exportações brasileiras com atuação da SDCOM em 2021..... | 41 |
| Tabela 15 - Estoque de medidas de defesa comercial e outros procedimentos incidentes sobre exportações brasileiras..... | 43 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Nomativos de Defesa Comercial e Interesse Público | 12 |
| Figura 2 - Investigações originais: petições recebidas, investigações iniciadas e medidas aplicadas | 14 |
| Figura 3 - Decisão final das investigações originais conduzidas pela SDCOM | 15 |
| Figura 4 - Revisões de final de período: petições recebidas e medidas prorrogadas | 16 |
| Figura 5 - Decisão final nas revisões de final de período conduzidas pela SDCOM..... | 17 |
| Figura 6 - Impacto das decisões primárias de interesse público nas medidas de defesa comercial..... | 19 |
| Figura 7 - Decisões de defesa comercial e de interesse público | 19 |
| Figura 8 - Início de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2021) . | 28 |
| Figura 9 - Encerramento de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2021)..... | 29 |
| Figura 10 - Investigações iniciadas contra Práticas Desleais e Salvaguardas por Segmento Econômico (1988 – 2021)..... | 35 |
| Figura 11 - Medidas aplicadas contra práticas desleais e salvaguardas por segmento econômico(1988 – 2021) . | 36 |

Apresentação

Este é o 25º Relatório elaborado pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público – SDCOM², subordinado à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais – SECINT do Ministério da Economia.

O Relatório SDCOM 2021 busca fornecer à sociedade um quadro completo sobre as ações realizadas ao longo do ano pela SDCOM, além de informações relativas ao histórico consolidado de suas atividades. Assim, o Relatório traz informações claras e precisas sobre defesa comercial e interesse público no Brasil, incluindo o quantitativo de processos conduzidos pela Subsecretaria, de ações de apoio aos exportadores brasileiros que foram alvo de investigações no exterior e, ainda, da participação da Subsecretaria em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais nos quais se discutem e negociam as regras aplicáveis.

Desde sua fundação, em 1995, a SDCOM envida esforços para manter seus procedimentos, metodologias e práticas constantemente atualizados, alinhados às melhores referências internacionais e à jurisprudência multilateral. Seja por meio da participação em negociações multilaterais de regras, do acompanhamento de contenciosos na Organização Mundial do Comércio (OMC), de atividades de cooperação técnica ou de seminários internacionais, a SDCOM está sempre engajada em aprimorar sua atuação.

A partir de 2019, além de conduzir processos de defesa comercial, a SDCOM tornou-se o órgão responsável pela realização de avaliações de interesse público³. Dessa forma, por meio da Coordenação-Geral de Interesse Público – CGIP, a própria SDCOM passou a não apenas realizar as investigações de defesa comercial (como já eram conduzidas pelo então Departamento de Defesa Comercial – DECOM), mas também a conduzir as avaliações de interesse público, papel anteriormente desempenhado pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP) da CAMEX e pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF).

Ao longo de 2021, a SDCOM persistiu nos esforços de aprimoramento das metodologias e práticas relacionadas aos procedimentos de defesa comercial, com vistas a garantir maior transparência e previsibilidade a essas investigações, aumentando, dessa forma, a segurança jurídica dos usuários do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial e de Interesse Público. Essa modernização tem sido conduzida de forma participativa e transparente, por meio de consultas públicas e debates dentro do governo e com a sociedade.

Em apertada síntese, **em 2021** a SDCOM realizou um total de 130 de publicações no Diário Oficial, realizou 3 consultas públicas, publicou um total de 5 normativos, sendo elas a Portaria Secex Nº 103 (SEI), Portaria Secex Nº 150 (pré-pleito), Portaria Secex Nº151 (preço provável), Portaria Secex Nº152 (redução de direitos), Portaria Secex Nº153 (art. 109), Instrução Normativa SECEX Nº3 (verificações), publicou 3 guias em português (Guia de Apoio ao Exportador Brasileiro Investigado em Processos de Defesa Comercial no Exterior, Guia do Processo Administrativo Eletrônico (SEI) em Defesa Comercial e Interesse Público e Guia do Cálculo da Margem de Dumping em Investigações Antidumping no Brasil) e 2 na versão em inglês (Government Practices in Supporting Brazilia Exporters Investigated by Other Trade Remedies Investigating Authorities e Calculating the

² O antigo “Departamento de Defesa Comercial” passou a receber a designação de “Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público” com a entrada em vigor do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019; passando a ser denominado “Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público” a partir de 23 de abril de 2019, com a entrada em vigor do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.

³ A partir de 30 de janeiro de 2019, com a entrada em vigor do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019.

Dumping Margin in Antidumping Investigations in Brazil), e logrou a promulgação de 1 Decreto (Decreto Nº 10.839), de investigações de subsídios e medidas compensatórias. Em 2021, considerando o universo de medidas em vigor, medidas sob revisão e novas investigações iniciadas no ano, a SDCOM monitorou, acompanhou e interveio, quando necessário, em 51 procedimentos e medidas de defesa comercial que afetaram os interesses dos exportadores brasileiros. Esses procedimentos estiveram relacionados a 26 medidas/investigações/revisões antidumping, 4 medidas/investigações/revisões referentes a subsídios e medidas compensatórias, 18 medidas/investigações/revisões de salvaguardas e 3 medidas/investigações/revisões de outros procedimentos que afetaram as exportações brasileiras.

Ademais, **de 2019 a 2021**, a SDCOM contabilizou um total de 397 Investigações e 333 publicações em Diário Oficial, entre investigações de DC iniciadas e encerradas e avaliações de IP iniciadas e encerradas. Também foram realizadas 10 consultas públicas, e publicados um total de 15 normativos – Portaria Secex Nº 8 (2019), Portaria Secex Nº 13 (2020), Portaria Secex Nº 21 (2020), Instrução Normativa Nº 01 (2020), Instrução Normativa Nº 3 (2021), Portaria Secex Nº 103 (SEI), Decreto 10.839/2021, Portaria Secex Nº 150 (Pré-pleito), Portaria Secex Nº 151 (Preço Provável), Portaria Secex Nº 152 (art. 109), Portaria Secex Nº 153 (Redução de Direitos).

No início de 2022, foi viabilizada a consolidação normativa, nos termos do Decreto 10.139, que prevê a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto com o objetivo de simplificar normas e fortalecer a segurança jurídica, com potenciais efeitos positivos para a redução do custo Brasil, com a publicação de 4 Portarias. A Portaria Secex Nº 162 (Consolida normas gerais de Defesa Comercial), Portaria Secex Nº 169 (consolida normas gerais de Salvaguardas), portaria Secex Nº 171 (consolida normas antidumping) e a Portaria Secex Nº 172 (consolida normas de subsídios) . Também foram publicados 9 Guias, sendo 5 na versão em português (Guia de Apoio ao Exportador Brasileiro Investigado em Processos de Defesa Comercial no Exterior, Guia do Processo Administrativo Eletrônico (SEI) em Defesa Comercial e Interesse Público, Guia do Cálculo da Margem de Dumping em Investigações Antidumping no Brasil, Guia Consolidado de Interesse Público em Defesa Comercial e Guia de Investigações Antidumping) e 4 na versão em inglês (Government Practices in Supporting Brazilian Exporters Investigated by Other Trade Remedies Investigating Authorities, Calculating the Dumping Margin in Antidumping Investigations in Brazil, Public Interest Analysis in Trade Remedies Investigations Guidelines in Brazil e Antidumping Investigations in Brazil). Ainda, a SDCOM logrou a promulgação de 1 Decreto (Decreto Nº 10.839), de investigações de subsídios e medidas compensatórias e também viabilizou a transição do sistema eletrônicos de processos do SDD para o SEI.

Mais uma vez, portanto, os atores do comércio exterior brasileiro podem contar com uma fonte atualizada de pesquisa sobre a defesa comercial e interesse público no Brasil, e a SDCOM espera que as informações disponibilizadas sejam de interesse e utilidade para os especialistas na área, para estudantes e para o público em geral.

Capítulo I – Legislação Brasileira de Defesa Comercial e Interesse Público

Competências em matéria de defesa comercial e interesse público

- Decreto Nº 9.745, de 98.04.2019 (D.O.U. 09.04.2019): Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Economia.
- Decreto Nº 10.044, de 04.10.2019 (D.O.U. 07.10.2019): Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
- Decreto Nº 10.072, de 18.10.2019 (D.O.U. 18.10.2019): Altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Economia.

Legislação geral

- Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 19.12.1994) – Aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.
- Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 – Promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais do GATT (novas versões do Acordo Antidumping, do Acordo sobre Subsídios e Direitos Compensatórios e do Acordo sobre Salvaguardas).
- Lei Nº 9.019, de 30.03.1995 (D.O.U. 31.03.1995), modificada pelo artigo 53 da Medida Provisória Nº 2.113, de 2011 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios.
- LEI Nº 12.546 de 14.12.2011 (D.O.U. de 15.12.11) – Dispõe sobre a relação entre as investigações de defesa comercial e as regras de origem não preferenciais.
- Lei Nº 12.995, de 18.06.2014: Artigos 17, 18 e 19 (D.O.U. 20.06.2014) – Dispõe sobre o uso de meio eletrônico, a incorporação de documentos elaborados em idioma estrangeiro aos autos e a contagem de prazos nas investigações de defesa comercial.

- Decreto Nº 9.107, de 26.07.2017 (D.O.U. de 27.07.2017) – Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial.
- Portaria Secex Nº 162, de 6 de janeiro de 2022 (D.O.U. de 07/01/2022) - Dispõe sobre as normas gerais utilizadas nos processos de defesa comercial previstos nos Decretos nº 1.488, de 11 de maio de 1995, nº 8.058, de 26 de julho de 2013, nº 9.107, de 26 de julho de 2017 e nº 10.839, de 18 de outubro de 2021, e nos acordos comerciais em vigor no Brasil.

Legislação sobre dumping

- Acordo Antidumping, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 8.058, de 26.07.2013 (D.O.U. de 29.07.2013) - Regulamenta os procedimentos relativos à aplicação de medidas antidumping.
- PORTARIA SECEX Nº 171, de 09.02.2022 (D.O.U. de 10.02.2022) - Dispõe sobre as normas referentes a investigações antidumping previstas no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013

Legislação sobre subsídios

- Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 15.12.1994) e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 10.839, de 18.10.2021 (D.O.U. 19.10.2021) - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias.
- PORTARIA SECEX Nº 172, de 14.02.2022 (D.O.U. 15.02.2022) – Dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto nº 10.839, de 2021.
- RESOLUÇÃO CAMEX Nº 63, de 17.08.2010 (D.O.U. 18.08.2010) – Disciplina a extensão de medidas compensatórias de que trata o art. 10 – A da Lei Nº 9.019, de 1995.
- RESOLUÇÃO CAMEX Nº 25, de 05.05.2011 (D.O.U. de 06.05.2011), revoga o inciso IV do art. 2º da Resolução CAMEX Nº 63, de 17.08.2010.
- RESOLUÇÃO CAMEX Nº 64, de 09.09.2011 (D.O.U. de 12.09.2011) – Disciplina a cobrança retroativa de medidas compensatórias.

Legislação sobre salvaguardas

- Acordo sobre Salvaguardas, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 15.12.1994) e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 1.488, de 11.05.1995 (D.O.U. de 12.05.1995) - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda.
- DECRETO Nº 1.936, de 20.06.1996 (D.O.U. de 21.06.1996) - Altera dispositivos do Decreto Nº 1.488, de 1995, definindo que as medidas de salvaguarda serão aplicadas como elevação do imposto de importação.
- DECRETO Nº 2.667, de 10.07.1998 (D.O.U. de 13.07.1998) – Dispõe sobre o Regulamento Relativo à Aplicação de Medidas de Salvaguarda às Importações Provenientes de Países Não - Membros do Mercosul.
- PORTARIA SECEX Nº 169, de 25.01.2022 (D.O.U. de 26.01.2022) – Dispõe sobre as normas específicas dos procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda.

Legislação sobre interesse público

- PORTARIA SECEX Nº 13, de 29.01.2020 (D.O.U. de 30.01.2020) – Disciplina os procedimentos administrativos de avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial.
- Art. 9º do Acordo sobre a implementação do artigo VI do Acordo geral sobre tarifas e comércio 1994 - Disciplina as situações em que a medida antidumping poderá ser aplicada.
- Art. 19.2 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias – Imposição e Percepção de Direitos Compensatórios
- Art. 3.1 do Acordo sobre Salvaguardas
- Art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26/07/2013 - Disciplina as situações em que a medida antidumping poderá ser suspensa, não aplicada ou aplicada em valor diferente do recomendado por razões de Interesse Público.
- Art. 4º do Decreto nº 10.839, de 19/10/2021 - Disciplina as situações em que a medida compensatória poderá ser suspensa, não aplicada ou aplicada em valor diferente do recomendado por razões de Interesse Público.
- Art 1º do Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 - Disciplina as situações em que poderão ser aplicadas medidas de salvaguarda a um produto.

A este respeito, remete-se ao documento #SDCOMMecum, que consolida toda a normativa sobre defesa comercial e interesse público no Brasil.

Figura 1 - Normativos de Defesa Comercial e Interesse Público



Capítulo II – Panorama Geral da Defesa Comercial no Brasil

Investigações Originais

As investigações originais de defesa comercial dependem, historicamente, de petição apresentada pela indústria doméstica. A partir de uma série histórica de 15 anos, é possível notar que no ano de 2011 o então DECOM recebeu o maior número de petições originais de defesa comercial, configurando o maior pico de demanda por defesa comercial na história brasileira. A demanda pelos instrumentos permaneceu alta entre 2012 e 2014, mas com tendência de queda, o que ficou evidenciado pela redução das petições originais entre 2015 e 2019. Apesar do breve aumento das petições originais em 2020, no ano de 2021 a apresentação de novas petições retornou aos níveis observados entre 2016 e 2019.

Uma vez apresentada a petição, cabe à autoridade investigadora analisar a existência ou não de indícios. Quando analisadas as investigações originais iniciadas pelo Brasil, é possível observar que o pico de petições de investigações originais recebidas em 2011 é refletido no aumento das investigações iniciadas em 2012 e 2013. Esse quantitativo de inícios permanece alto entre 2012 e 2014, refletindo o esforço do então DECOM de responder à demanda de petições apresentadas pela indústria doméstica em 2011. Recorde-se, ainda, que o Decreto nº 8.058, atualmente em vigor para investigações antidumping, só veio a ser publicado em 2013.

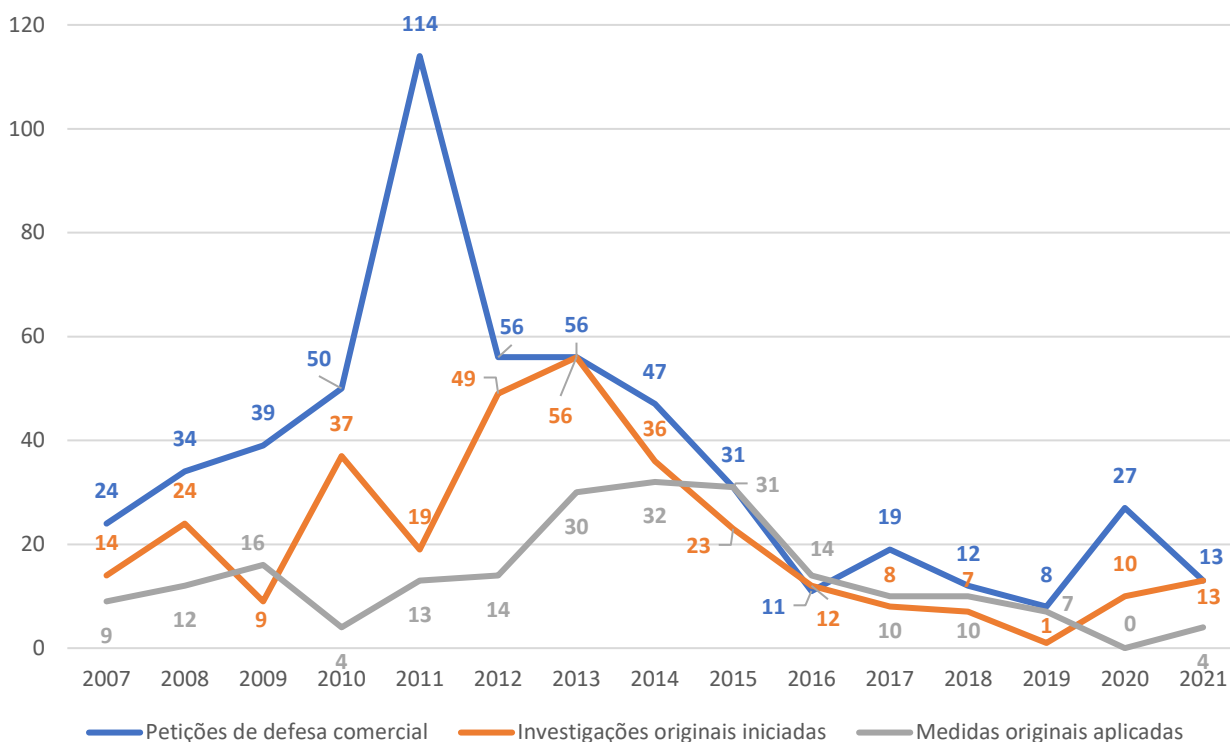
Como consequência da redução de petições de investigações originais entre 2016 e 2019, constata-se um número baixo de investigações originais iniciadas entre 2017 e 2019. Contudo, o aumento das petições em 2020 se refletiu em um número maior de investigações iniciadas em 2020 e 2021.

Finalmente, após o início das investigações originais, e após a instrução processual, caso sejam apresentadas evidências que justifiquem a entrada em vigor da medida de defesa comercial, haverá a sua respectiva aplicação. Assim, no que se refere às medidas originais aplicadas, o pico de petições de 2011 e o aumento das investigações iniciadas em 2012 e 2013 tiveram por consequência o pico de aplicações de medidas entre 2013 e 2015. Da mesma forma, a demanda alta pelas investigações originais entre 2012 e 2014 reflete em um número ainda elevado de aplicações em 2015 e 2016.

Por outro lado, a redução das petições originais entre 2016 e 2019 resultou na redução de investigações iniciadas entre 2017 e 2019 o que, consequentemente, reduziu as novas medidas aplicadas em 2019 e 2020. Vale ressaltar, nesse sentido, que as investigações originais de defesa comercial têm duração de até 18 meses, razão pela qual há um diferimento das decisões no tempo.

Com o novo aumento das petições em 2020 e um número maior de investigações iniciadas em 2020 e 2021, houve um novo aumento de aplicações em 2021 e que poderá se repetir em 2022.

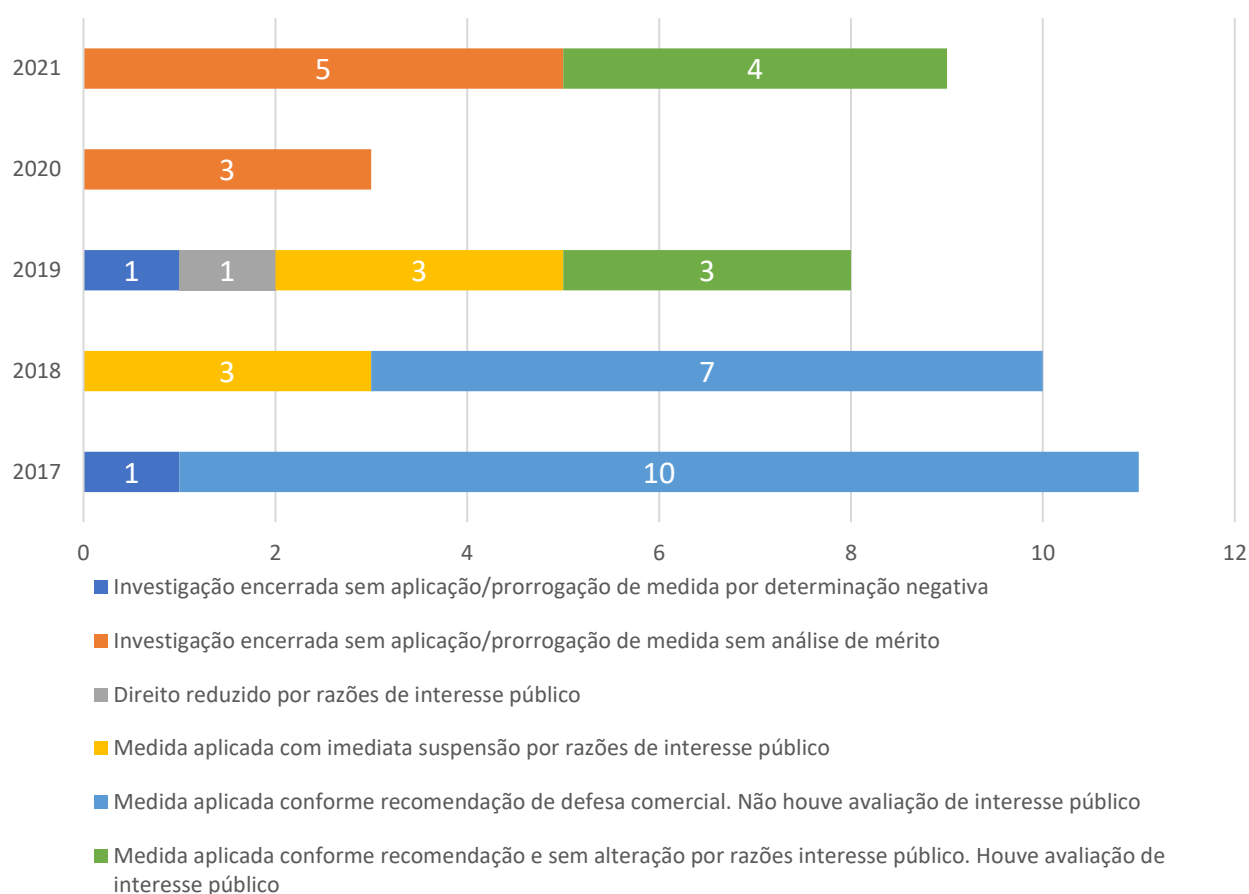
Figura 2 - Investigações originais: petições recebidas, investigações iniciadas e medidas aplicadas



Nota-se, portanto, que há uma correlação entre a quantidade de petições apresentadas, a quantidade de investigações iniciadas e a quantidade de aplicações de medidas de defesa comercial realizadas pelo Brasil, de modo que a demanda do setor privado pela atuação dos instrumentos é o elemento basilar para que seja realizada a análise técnica pela SDCOM.

Tomando-se como referência o número total de investigações originais concluídas em cada um dos anos mais recentes, pode-se observar na figura a seguir quais foram os seus respectivos resultados finais. Em 2021, por exemplo, foram concluídas 9 investigações originais, das quais 4 foram encerradas com a aplicação da medida de defesa comercial e 5 foram encerradas sem aplicação por questões de mérito.

Figura 3 - Decisão final das investigações originais conduzidas pela SDCOM

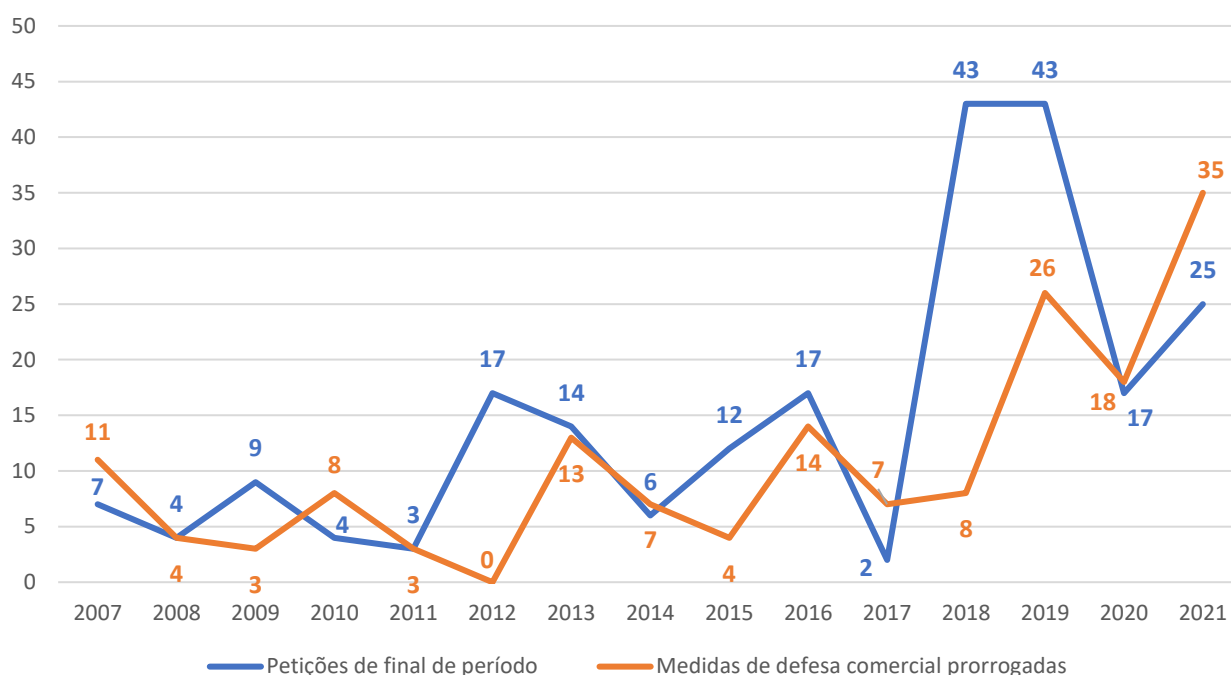


Revisões de Final de Período

No que se refere às revisões de final de período das medidas antidumping em vigor, constata-se um reflexo das aplicações de medidas originais, descritas no item anterior. O pico de petições de 2011 se refletiu no aumento das investigações originais iniciadas em 2012-2013 e consequentemente no pico de aplicações de medidas entre 2013 e 2015. Considerando a vigência, em geral, de 5 anos da medida, o pico de petições de revisão de final de período ocorreu no período entre 2018 e 2019.

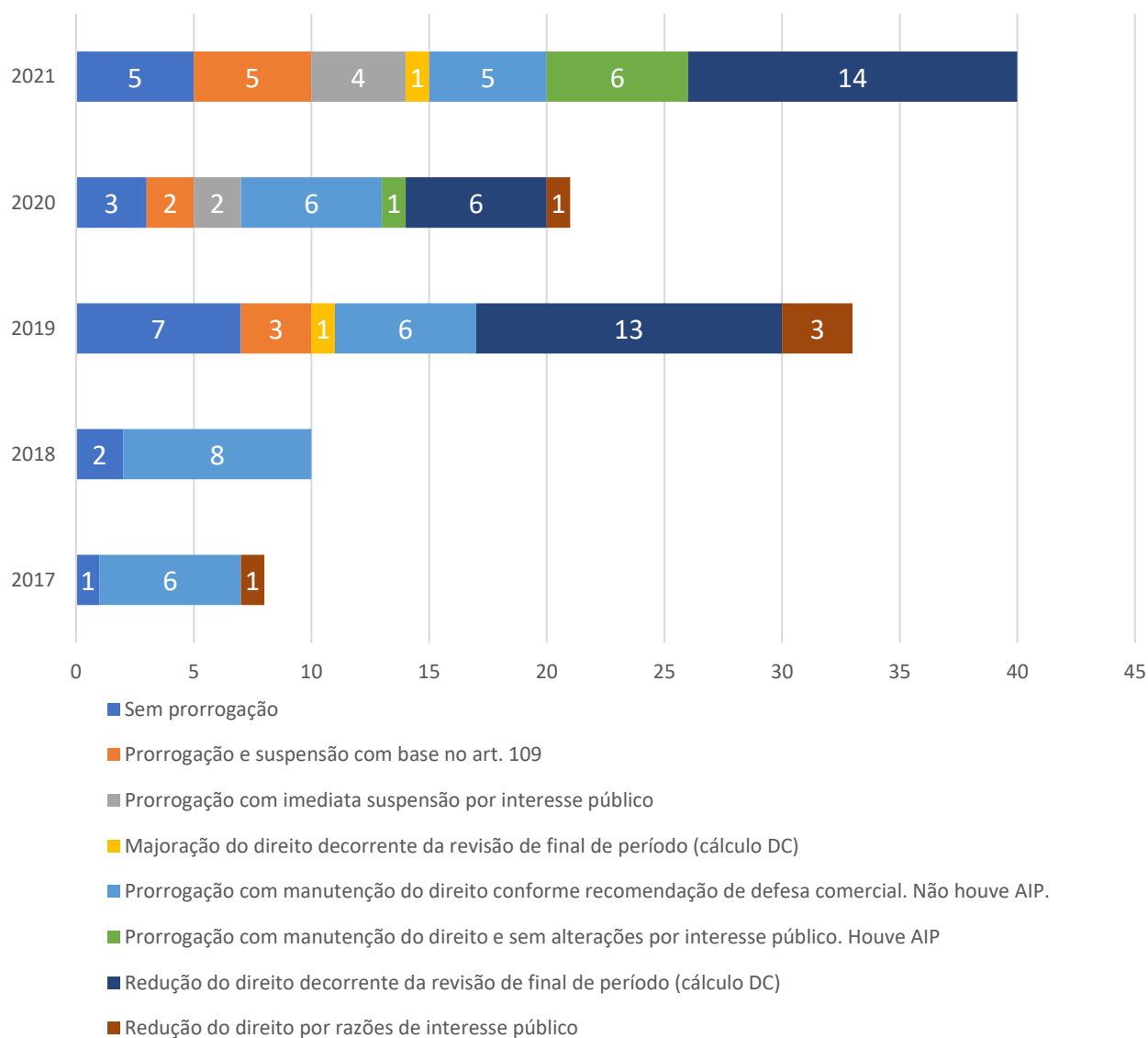
Considerando que um processo de revisão de final de período possui duração de 10 a 12 meses, o pico de decisões sobre prorrogações de medidas de defesa comercial ocorreu entre os anos de 2019 e 2021.

Figura 4 - Revisões de final de período: petições recebidas e medidas prorrogadas



Ao analisar os tipos de recomendações finais alcançadas pela SDCOM nas revisões de final de período encerradas em 2021, nota-se que: 14 (35%) medidas foram prorrogadas com redução do direito vigente em decorrência dos cálculos realizados na revisão de final de período; 11 (27,5%) medidas foram prorrogadas sem alterações; 5 (12,5%) medidas foram prorrogadas com imediata suspensão com base no art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013; 5 (12,5%) revisões foram encerradas sem a prorrogação da medida; 4 (10%) medidas foram prorrogadas com imediata suspensão por interesse público; e 1 (2,5%) medida foi prorrogada com majoração do direito.

Figura 5 - Decisão final nas revisões de final de período conduzidas pela SDCOM



Avaliações de Interesse Público

Em 2019, quando a avaliação de interesse público passou a ser conduzida pela Coordenação-Geral de Interesse Público da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (CGIP/SDCOM), foram proferidas 13 decisões, sendo 11 primárias e 2 subsequentes⁴. Dentre as 11 decisões primárias, 6 geraram impacto na medida de defesa comercial (64%) e 4 não geraram impacto, dada manutenção da recomendação obtida via análise de defesa comercial (36%). Registre-se que nesse ano foram publicadas as versões preliminares dos Guias Processual e Material de Interesse Público em Defesa Comercial.

Em 2020 foram proferidas 28 decisões, sendo 18 primárias e 10 subsequentes. Dentre as 18 decisões primárias, 5 geraram impacto na medida de defesa comercial (28%) e 13 não geraram impacto, dada manutenção da recomendação obtida via análise de defesa comercial (72%).

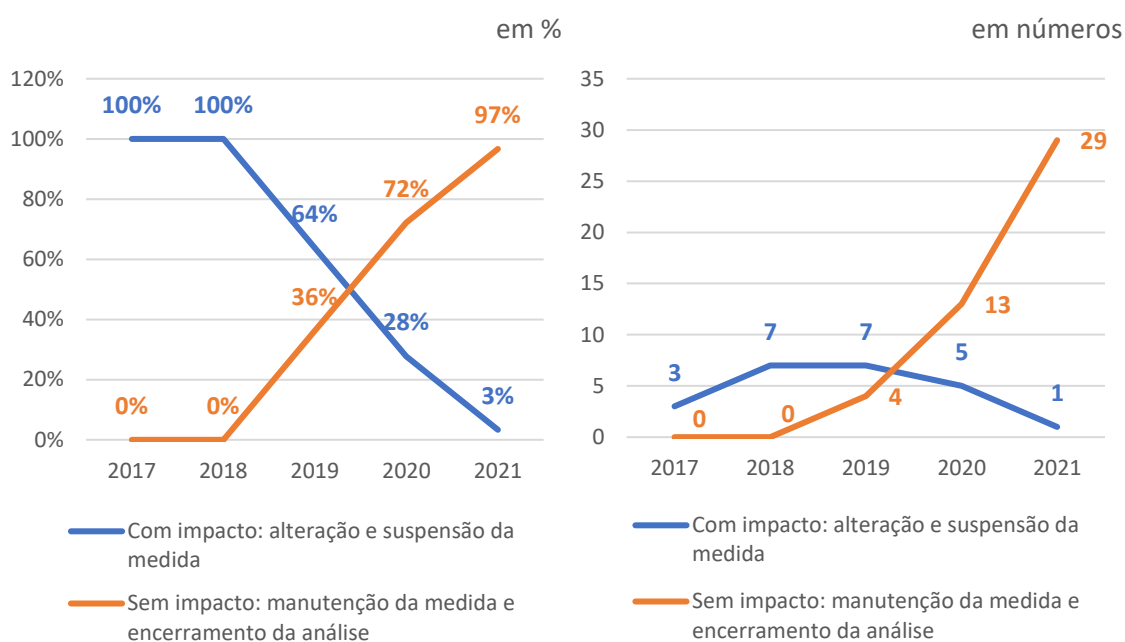
Por sua vez, em 2021 foram proferidas 35 decisões, sendo 30 primárias e 5 subsequentes. Dentre as decisões primárias, 1 gerou impacto na medida de defesa comercial (3%) e 29 não geraram impacto, dada manutenção da recomendação obtida via análise de defesa comercial (97%).

Nota-se, portanto, que apesar de haver um aumento no número absoluto de decisões que tiveram análises concomitantes de interesse público (35 no total em 2021), quando se analisa o resultado dessas decisões, é possível perceber que há um aumento na racionalidade no uso da cláusula de interesse público em defesa comercial no Brasil, refletindo a excepcionalidade de seu uso, conforme arcabouço normativo vigente.

Registre-se, ainda, a importância desse aumento no número absoluto de decisões, dado que as decisões estão sendo proferidas em sede de processos administrativos, com acesso público no Sistema Eletrônico de Informações, no qual há a garantia do contraditório e da ampla defesa, bem como isonomia entre todas as partes interessadas no respectivo processo administrativo. Há, portanto, o incremento da transparência e da segurança jurídica.

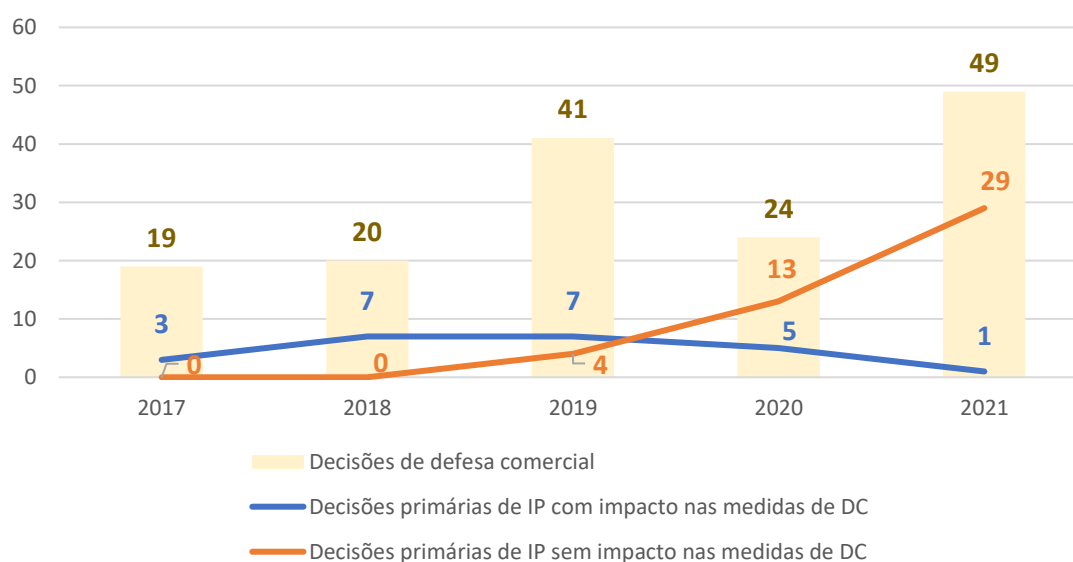
⁴ 8 Decisões primárias são aquelas na qual é se decide pela existência ou não de interesse público, resultando em sua suspensão, alteração ou manutenção. Decisões subsequentes, por sua vez, são aquelas decorrentes de uma reanálise da decisão primária anterior que concluiu pela suspensão ou pela alteração da medida de defesa comercial (art. 3º do Decreto 8.058/2013. Art. 3º Em circunstâncias excepcionais, o Conselho de Ministros poderá, em razão de interesse público: I - suspender, por até um ano, prorrogável uma única vez por igual período, a exigibilidade de direito antidumping definitivo, ou de compromisso de preços, em vigor; § 2º Os direitos antidumping ou os compromissos de preços serão extintos ao final do período de suspensão previsto no inciso I do caput, caso não tenham sido reaplicados nos termos do § 1º ou caso o ato de suspensão não estabelecer expressamente a reaplicação ao final do período de suspensão).

Figura 6 - Impacto das decisões primárias de interesse público nas medidas de defesa comercial



Ademais, quando se compara o total de decisões finais de defesa comercial com o total de decisões finais de interesse público nessa mesma série histórica, nota-se que a quantidade de decisões de interesse público com impacto nas investigações de defesa comercial sempre foi inferior ao número de decisões de defesa comercial adotadas pela SDCOM. Observe-se que das 35 decisões primárias de interesse público em 2021, apenas uma gerou impacto na medida de defesa comercial (3%).

Figura 7 - Decisões de defesa comercial e de interesse público



No que se refere às decisões subsequentes em interesse público, em 2021 das 5 decisões do tipo proferidas pela SDCOM, duas são referentes à prorrogação da suspensão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de fenol originárias de EUA e União Europeia e três à extinção do

direito aplicado às importações de tubos de ferro fundido, originárias de China, Emirados Árabes Unidos e Índia.

Analisando o estoque de medidas de defesa comercial da SDCOM, observa-se que em 31/12/2021 existiam 143 medidas de defesa comercial em vigor, das quais 9 (6,2%) encontram-se suspensas ou alteradas por interesse público.

Por fim, registre-se que, em termos históricos, o Brasil é o 5º maior aplicador de medidas antidumping (269), ao passo que é o 10º maior alvo das medidas antidumping (114). Em termos de estoque, ou seja, considerando o que está em vigor atualmente, o Brasil é o 4º país com mais medidas antidumping em vigor (161), sendo o 12º alvo dessas medidas por parte de outros países (40)⁵.

Nota-se, portanto, melhorias na previsibilidade, diante da existência de critérios objetivos e técnicos, bem como de janelas processuais claras para apresentação de questionários e evidências, além do aumento da segurança jurídica, diante da consistência metodológica e da garantia de contraditório e ampla defesa, com isonomia e democracia processual nos autos. Transparência, previsibilidade e segurança jurídica seguem sendo a metodologia de trabalho da SDCOM/SECEX, de modo horizontal, para todos os setores.

2021 Em números

Entre janeiro e dezembro de 2021, 37 investigações foram iniciadas e 49 investigações foram concluídas (quando contabilizadas pelo binômio produto x país). Dentre todas as investigações de defesa comercial concluídas em 2021, 39 foram encerradas com aplicação da medida de defesa comercial. Destas, 4 se referem à aplicação de medidas decorrentes de investigações originais. As 35 investigações restantes referem-se à prorrogação de medidas decorrentes de revisão de final de período, sendo que 5 foram prorrogadas com manutenção do direito em casos nos quais não houve avaliação de interesse público paralela; 6 foram prorrogadas com a manutenção do direito e sem alterações decorrentes da avaliação de interesse público; 2 com a majoração do direito decorrente de cálculos da revisão de final de período; 13 com redução do direito conforme recomendação de defesa comercial; 5 com prorrogação com imediata suspensão do direito com base no art. 109 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013 e 4 com prorrogação com imediata suspensão por razões de interesse público⁶.

Além disso, quanto às avaliações de interesse público, 24 avaliações foram iniciadas e 35 foram concluídas (quando contabilizadas pelo binômio produto x país). Dentre as avaliações de interesse público concluídas, 10 investigações foram encerradas sem aplicação ou prorrogação da medida de defesa comercial, sendo 5 investigações originais e 5 revisões de final de período. Ademais, 4

⁵ Dados extraídos em 21/01/2022 de <https://stats.wto.org/>

⁶ No que se refere às investigações encerradas com suspensão por interesse público, observe-se que em três casos, apesar da avaliação de interesse público ter sido concluída sem a identificação de razões de interesse público que possam justificar a suspensão ou alteração dos direitos antidumping, foi determinada a suspensão em função do disposto na Resolução Gecex nº 147, de 15 de janeiro de 2021, tinha por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

medidas expiraram por falta de apresentação de petição de revisão de final de período. No que se refere às demais decisões de interesse público, 2 medidas tiveram sua suspensão prorrogada por razões de interesse público. Ainda foram extintas 3 medidas de defesa comercial por razões de interesse público.

| 1. Encerramento de investigações de defesa comercial e de avaliações de interesse público | Contagem por investigação | Contagem por processo |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Com aplicação/prorrogação de medida de defesa comercial | 39 | 17 |
| Original | | |
| Aplicação conforme recomendação e sem alteração por razões interesse público | 4 | 3 |
| Direito reduzido por razões de interesse público | 0 | 0 |
| Aplicação com imediata suspensão por razões de interesse público | 0 | 0 |
| Revisão | | |
| Com manutenção do direito conforme recomendação de defesa comercial (inexistente avaliação de interesse público) | 5 | 4 |
| Com manutenção do direito conforme recomendação e sem alteração por razões de interesse público (existente avaliação de interesse público) | 6 | 3 |
| Com alteração do direito decorrente da revisão de final de período | | |
| ▪ Majoração do direito | 2 | 2 |
| ▪ Redução do direito | 13 | 6 |
| Com redução do direito por razões de interesse público | 0 | 0 |
| Prorrogação com imediata suspensão do direito por razões de interesse público | 4 | 2 |
| Prorrogação com imediata suspensão do direito com base no art. 109 do D. 8.058/13 | 5 | 4 |
| Sem aplicação/prorrogação de medida por determinação negativa | | |
| Original | 0 | 0 |
| Revisão (extinção) | 5 | 3 |

| 2. Outras decisões por razões de interesse público | Contagem por investigação | Contagem por processo |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Suspensão de medidas de defesa comercial em vigor por razões de interesse público (em decorrência de avaliações conduzidas após a aplicação/prorrogação da medida de defesa comercial) | 0 | 0 |
| Prorrogação da suspensão de medidas de defesa comercial por razões de interesse público | 2 | 1 |
| Extinção de medidas por razões de interesse público | | |
| ▪ Após 1 ano de suspensão | 0 | 0 |
| ▪ Após 2 anos de suspensão | 3 | 2 |

| | | |
|--|---|---|
| Reaplicação de medida de defesa comercial, após suspensão por razões de interesse público | 0 | 0 |
| Encerramento de avaliações de interesse público relacionadas a medidas em vigor com manutenção da medida de defesa comercial | 0 | 0 |

| 3. Outras decisões de defesa comercial | Contagem por investigação | Contagem por processo |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Encerramento de revisões anticircunvenção, de novo exportador e de restituição | 0 | 0 |
| Encerramento de avaliações de escopo | 4 | 4 |
| Extinção de medidas por falta de revisão de final de período | 4 | 3 |

Capítulo III – Estatísticas Detalhadas de Defesa Comercial e Interesse Público

Devido à extensão do histórico da Defesa Comercial no Brasil alguns dados são fornecidos em arquivo apartado. O formato de apresentação, em tabela do Excel, permite a utilização de filtros e realização de consultas de forma mais prática. No arquivo auxiliar, constam os anexos a seguir:

- Anexo 1 - Histórico das Investigações Antidumping por Produto e País (1988 - 2021)
- Anexo 2- Histórico das Investigações de Medidas Compensatórias (1988 - 20210
- Anexo 3 - Histórico das Investigações de Salvaguardas (1988 - 2021)
- Anexo 4 – Histórico das investigações de Salvaguardas Preferenciais (1988 – 2021)⁷
- Anexo 5 – Medidas de Defesa Comercial em Vigor em 31/12/2021
- Anexo 6 - Histórico das Avaliações de Interesse Público - 1995 a 2021

As tabelas e gráficos abaixo apresentam o histórico das ações de defesa comercial ao longo dos anos e demonstram, entre outros itens, o histórico das petições analisadas, investigações originais e revisões de final de período conduzidas pela SDCOM, medidas de defesa comercial aplicadas por país e verificações *in loco* executadas.

Adicionalmente, tendo em vista o compromisso da SDCOM com a transparência, foram disponibilizadas no Portal de Dados Abertos do Governo Federal as bases de dados completas utilizadas pela subsecretaria para a confecção deste e de outros relatórios sobre defesa comercial e interesse público. As bases também podem ser acessadas diretamente a partir dos links:

- [Base de dados de Defesa Comercial](#)
- [Base da dados de Interesse Público](#)

⁷ Observe-se que as salvaguardas preferenciais são apresentadas em quadro separado das salvaguardas gerais pois enquanto a base normativa das salvaguardas gerais é o artigo XIX do GATT e o Acordo de Salvaguardas da OMC, as salvaguardas preferenciais são baseadas em acordos comerciais firmados pelo Brasil.

Tabela 1 - Histórico das Petições (dumping, subsídios e salvaguardas) Analisadas (2005-2021)

| Ano | Petições | | | Investigações iniciadas | | | Indeferidas | | | Retiradas | | | Em análise | | |
|-------------|----------|----|----|-------------------------|----|----|-------------|---|----|-----------|---|----|------------|---|----|
| | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG |
| 2005 | 53 | 0 | 2 | 19 | 0 | 1 | 10 | 0 | 1 | 24 | 0 | 0 | N/A | | |
| 2006 | 34 | 2 | 13 | 20 | 1 | 0 | 3 | 1 | 1 | 11 | 0 | 12 | | | |
| 2007 | 30 | 1 | 2 | 20 | 0 | 1 | 8 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | | | |
| 2008 | 40 | 0 | 1 | 25 | 0 | 0 | 11 | 0 | 1 | 4 | 0 | 0 | | | |
| 2009 | 46 | 1 | 1 | 28 | 0 | 1 | 16 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | | | |
| 2010 | 53 | 3 | 2 | 40 | 0 | 0 | 5 | 1 | 0 | 8 | 2 | 2 | | | |
| 2011 | 120 | 3 | 5 | 50 | 3 | 1 | 18 | 0 | 2 | 52 | 0 | 2 | | | |
| 2012 | 69 | 3 | 1 | 46 | 3 | 0 | 7 | 0 | 0 | 16 | 0 | 1 | | | |
| 2013 | 71 | 0 | 1 | 45 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 18 | 0 | 1 | | | |
| 2014 | 52 | 1 | 0 | 41 | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | | | |
| 2015 | 45 | 0 | 0 | 43* | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | | | |
| 2016 | 29 | 1 | 0 | 25 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | | | |
| 2017 | 25 | 1 | 0 | 12 | 1 | 0 | 10 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | | | |
| 2018 | 59 | 0 | 0 | 43 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | | | |
| 2019 | 53 | 0 | 1 | 45 | 0 | 1 | 6 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | | | |
| 2020 | 40 | 4 | 0 | 29 | 3 | 0 | 10 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | | | |
| 2021 | 38 | 0 | 0 | 22 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 |
| TOTAL | 857 | 20 | 29 | 540 | 11 | 5 | 133 | 2 | 5 | 162 | 4 | 19 | 8 | 0 | 0 |
| Total geral | 906 | | | 556 | | | 140 | | | 185 | | | 8 | | |

D Dumping

S Subsídios

SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

* Em 2015, foram iniciadas 2 investigações de ofício, por meio da inclusão de nova origem no contexto de 2 petições recebidas. Por essa razão, o número de petições recebidas no citado ano é inferior ao somatório dos totais de investigações iniciadas, petições indeferidas e petições retiradas em 2015.

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem não apenas investigações originais, como também revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Nota explicativa 2: O quadro se refere ao destino das petições protocoladas em cada ano, independentemente de o início da investigação, indeferimento ou retirada da petição acontecerem no mesmo ano do seu protocolo.

Nota explicativa 3: A coluna “em análise” registra apenas quantas petições ainda se encontram em análise em 31 de dezembro do último ano da série histórica.

Tabela 2 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (somente investigações originais)

| Ano | Início | | | Determinação preliminar | | | Direito Provisório | | | CONCLUSÃO | | | | | | | | | | | |
|-------------|--------|----|----|-------------------------|----|----|--------------------|---|----|----------------------|---|----|--------------------------|----|----|---|---|----|--------------------------|----|----|
| | | | | | | | | | | Medida Definitiva | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | Compromisso de Preço | | | Com Aplicação de direito | | | Com aplicação de direito E compromisso de preço | | | Sem Aplicação de direito | | |
| | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG |
| 1988 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1989 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1990 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1991 | 9 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1992 | 8 | 2 | 0 | 6 | 2 | 0 | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1993 | 28 | 2 | 0 | 11 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 1994 | 9 | 7 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 | 2 | 0 |
| 1995 | 5 | 0 | 0 | 2 | 6 | 0 | 2 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 1 | 0 |
| 1996 | 17 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 |
| 1997 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| 1998 | 20 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 |
| 1999 | 18 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2000 | 8 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 |
| 2001 | 17 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| 2002 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 12 | 1 | 0 |
| 2003 | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| 2004 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| 2005 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 2006 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| 2007 | 13 | 1 | 0 | 7 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2008 | 23 | 0 | 1 | 9 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2009 | 9 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 1 |
| 2010 | 37 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 2011 | 16 | 3 | 0 | 13 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 |
| 2012 | 47 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 17 | 3 | 1 |
| 2013 | 54 | 2 | 0 | 7 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 |
| 2014 | 35 | 1 | 0 | 56 | 0 | 0 | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 9 | 3 | 0 |
| 2015 | 23 | 0 | 0 | 17 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 31 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24 | 0 | 0 |
| 2016 | 11 | 1 | 0 | 14 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| 2017 | 7 | 1 | 0 | 8 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2018 | 7 | 0 | 0 | 8 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2019 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2020 | 9 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 |
| 2021 | 11 | 2 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Total | 497 | 27 | 5 | 207 | 11 | 1 | 112 | 8 | 1 | 6 | 0 | 0 | 269 | 13 | 2 | 14 | 0 | 0 | 199 | 12 | 3 |
| Total Geral | 529 | | | 219 | | | 121 | | | 6 | | | 284 | | | 14 | | | 214 | | |

D Dumping
S Subsídios
SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

Nota explicativa 1: O quadro se refere, a cada ano, ao número de (i) determinações preliminares, (ii) direitos provisórios, (iii) compromissos de preço, (iv) direitos aplicados ou (v) investigações terminadas sem direito aplicado ocorridos naquele ano, independentemente do ano em que a investigação correspondente foi iniciada

Tabela 3 - Investigações contra práticas desleais(dumping e subsídios) e salvaguardas (somente revisões)

| Ano | Início | | | Determinação preliminar | | | Direito Provisório | | | CONCLUSÃO | | | | | | | | | | | |
|-------------|--------|---|----|-------------------------|---|----|--------------------|---|----|----------------------|---|----|--------------------------|---|----|---|---|----|--------------------------|---|----|
| | | | | | | | | | | Medida Definitiva | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | Compromisso de Preço | | | Com Aplicação de direito | | | Com aplicação de direito e compromisso de preço | | | Sem Aplicação de direito | | |
| | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG |
| 1988 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1989 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1990 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1991 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1992 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1993 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1994 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1995 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1996 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 1997 | 6 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1998 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 1999 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2000 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2001 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2002 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2003 | 11 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2004 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2005 | 7 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2006 | 11 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2007 | 5 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2008 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2009 | 9 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 2010 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2011 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2012 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2013 | 11 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| 2014 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2015 | 15 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2016 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2017 | 10 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2018 | 33 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2019 | 35 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| 2020 | 24 | 1 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 2021 | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 34 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Total | 271 | 1 | 4 | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 201 | 1 | 4 | 2 | 0 | 0 | 41 | 0 | 0 |
| Total Geral | 276 | | | 20 | | | 0 | | | 4 | | | 206 | | | 2 | | | 41 | | |

D Dumping
S Subsídios
SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem apenas as revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Nota explicativa 2: O quadro se refere, a cada ano, ao número de (i) determinações preliminares, (ii) direitos provisórios, (iii) compromissos de preço, (iv) direitos aplicados ou (v) investigações terminadas sem direito aplicado ocorridos naquele ano, independentemente do ano em que a revisão correspondente foi iniciada.

Tabela 4 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (investigações originais e revisões)

| Ano | Início | | | Determinação preliminar | | | Direito Provisório | | | CONCLUSÃO | | | | | | | | | | | |
|-------------|--------|----|----|-------------------------|----|----|--------------------|---|----|----------------------|---|----|--------------------------|----|----|-----------------------------|---|----|--------------------------|----|----|
| | | | | | | | | | | Medida Definitiva | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | Compromisso de Preço | | | Com Aplicação de direito | | | Com aplicação e compromisso | | | Sem Aplicação de direito | | |
| | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG | D | S | SG |
| 1988 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1989 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1990 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1991 | 9 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1992 | 8 | 2 | 0 | 6 | 2 | 0 | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 1993 | 28 | 2 | 0 | 11 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 1994 | 10 | 7 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 | 2 | 0 |
| 1995 | 5 | 0 | 0 | 2 | 6 | 0 | 2 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 1 | 0 |
| 1996 | 17 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 0 |
| 1997 | 15 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| 1998 | 22 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 |
| 1999 | 18 | 0 | 1 | 9 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2000 | 10 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 |
| 2001 | 18 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| 2002 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 12 | 1 | 0 |
| 2003 | 17 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| 2004 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| 2005 | 13 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 2006 | 23 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| 2007 | 18 | 1 | 0 | 8 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2008 | 28 | 0 | 1 | 9 | 0 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 2009 | 18 | 0 | 1 | 7 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 1 |
| 2010 | 40 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| 2011 | 22 | 3 | 0 | 13 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 |
| 2012 | 63 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 18 | 3 | 1 |
| 2013 | 65 | 2 | 0 | 8 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 42 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 0 | 0 |
| 2014 | 44 | 1 | 0 | 56 | 0 | 0 | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 39 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 10 | 3 | 0 |
| 2015 | 38 | 0 | 0 | 18 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 36 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25 | 0 | 0 |
| 2016 | 23 | 1 | 0 | 14 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 28 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| 2017 | 17 | 1 | 0 | 10 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2018 | 40 | 0 | 0 | 8 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 2019 | 36 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 32 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 |
| 2020 | 33 | 1 | 1 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 1 |
| 2021 | 35 | 2 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 38 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 |
| Total | 768 | 28 | 9 | 227 | 11 | 1 | 112 | 8 | 1 | 10 | 0 | 0 | 470 | 14 | 6 | 16 | 0 | 0 | 240 | 12 | 3 |
| Total Geral | 805 | | | 239 | | | 121 | | | 10 | | | 490 | | | 16 | | | 255 | | |

D Dumping

S Subsídios

SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem tanto as investigações originais, quanto as revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor

Nota explicativa 2: O quadro se refere, a cada ano, ao número de (i) determinações preliminares, (ii) direitos provisórios, (iii) compromissos de preço, (iv) direitos aplicados ou (v) investigações terminadas sem direito aplicado ocorridos naquele ano, independentemente do ano em que a revisão correspondente foi iniciada.

Figura 8 - Início de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2021)

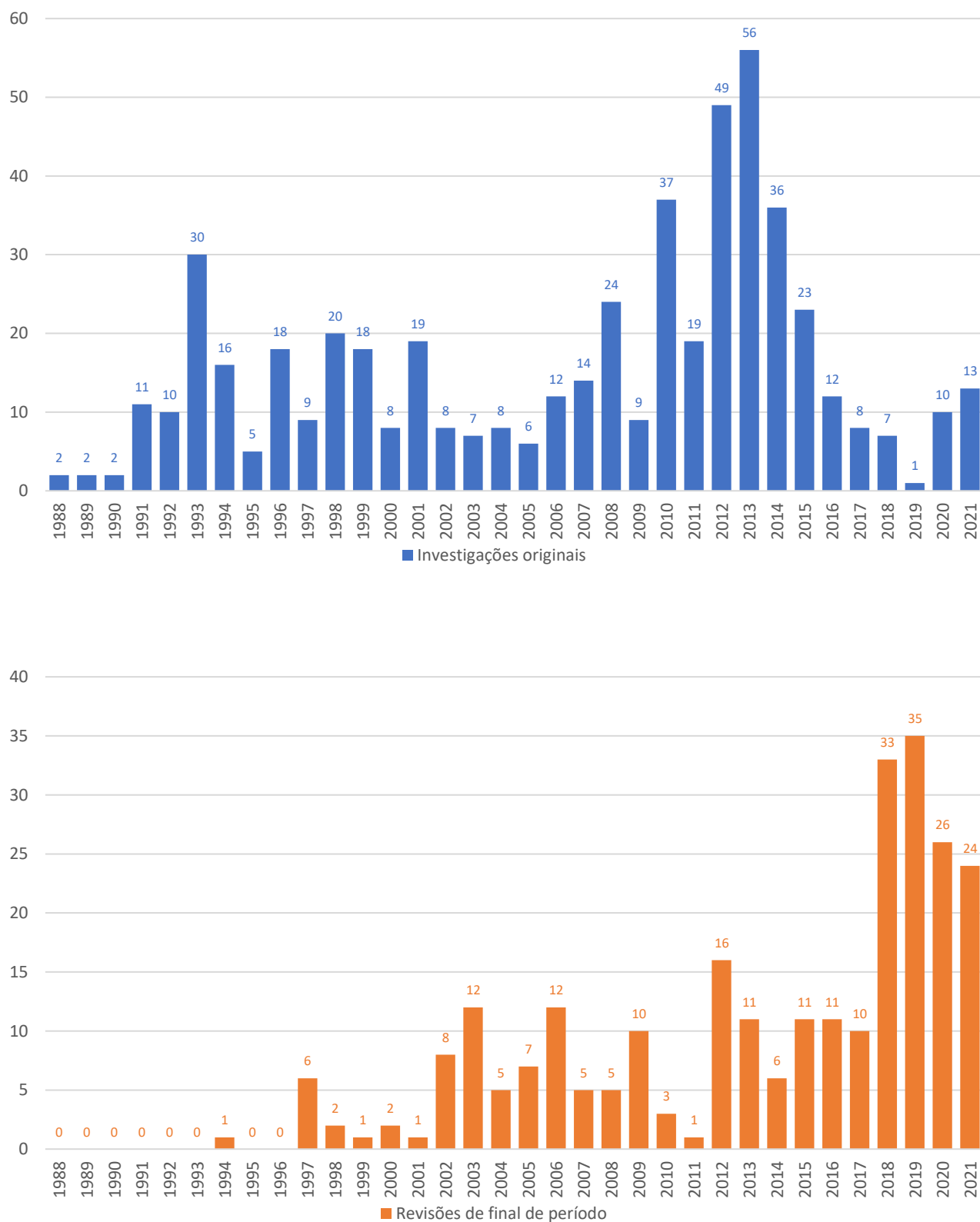


Figura 9 - Encerramento de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2021)

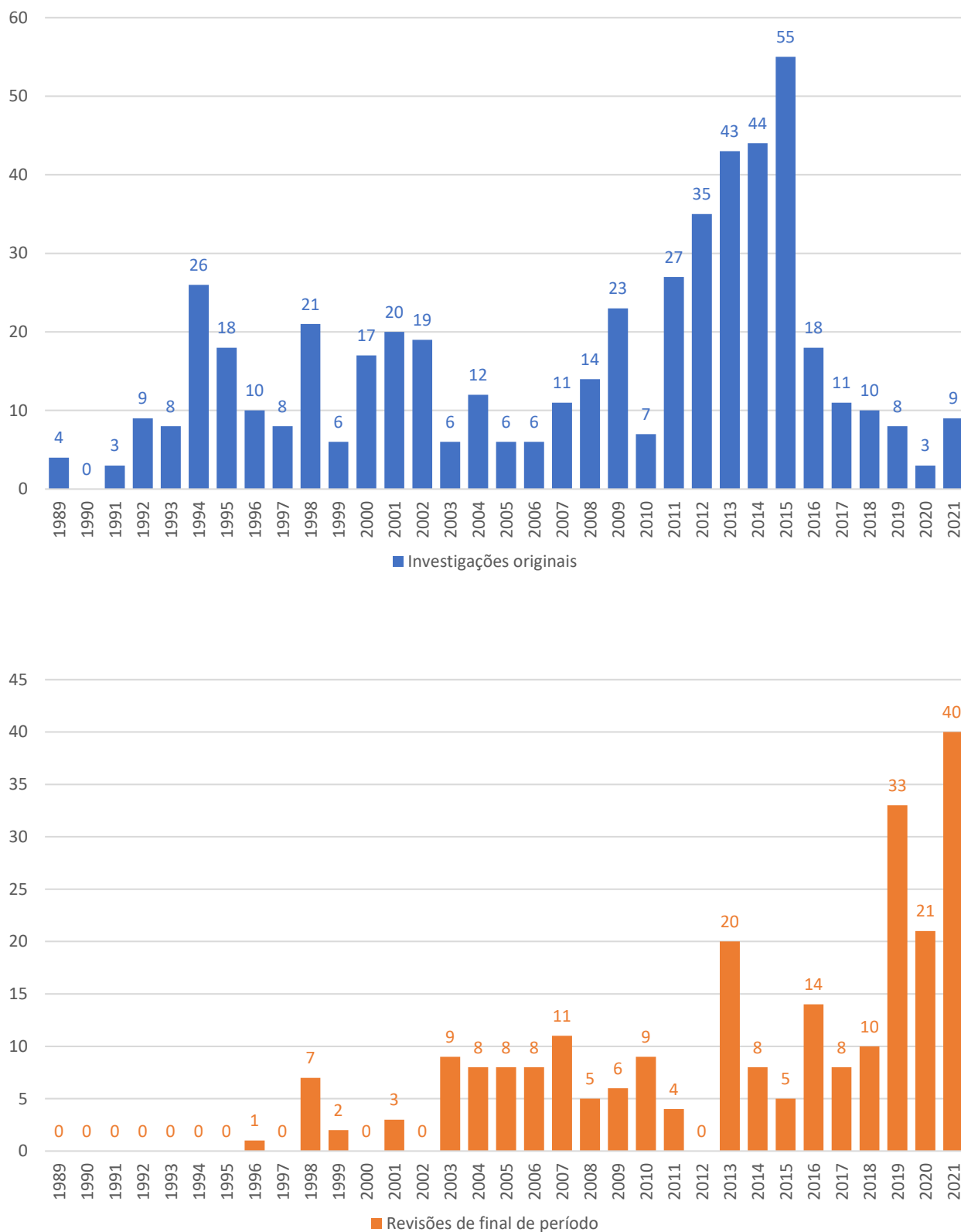


Tabela 5 - Medidas definitivas (dumping, subsídios e salvaguardas) aplicadas (1988-2021)

| Ano | Dumping | | | Subsídios | Salvaguardas | Total |
|-------|--------------------|-----------------------|-----------------------|-----------|--------------|-------|
| | Direitos aplicados | Compromisso de preços | Direito e compromisso | | | |
| 1988 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1989 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| 1990 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1991 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| 1992 | 7 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| 1993 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| 1994 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| 1995 | 3 | 0 | 0 | 6 | 0 | 9 |
| 1996 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| 1997 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| 1998 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 |
| 1999 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 |
| 2000 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| 2001 | 10 | 4 | 2 | 0 | 0 | 16 |
| 2002 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 |
| 2003 | 9 | 0 | 0 | 0 | 1 | 10 |
| 2004 | 12 | 0 | 0 | 1 | 0 | 13 |
| 2005 | 9 | 2 | 0 | 0 | 0 | 11 |
| 2006 | 7 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8 |
| 2007 | 19 | 1 | 0 | 0 | 0 | 20 |
| 2008 | 13 | 0 | 2 | 1 | 0 | 16 |
| 2009 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 |
| 2010 | 11 | 0 | 0 | 0 | 1 | 12 |
| 2011 | 13 | 0 | 3 | 0 | 0 | 16 |
| 2012 | 13 | 0 | 1 | 0 | 0 | 14 |
| 2013 | 42 | 1 | 0 | 0 | 0 | 43 |
| 2014 | 36 | 0 | 3 | 0 | 0 | 39 |
| 2015 | 35 | 0 | 0 | 0 | 0 | 35 |
| 2016 | 27 | 0 | 0 | 1 | 0 | 28 |
| 2017 | 12 | 0 | 5 | 0 | 0 | 17 |
| 2018 | 17 | 0 | 0 | 1 | 0 | 18 |
| 2019 | 32 | 0 | 0 | 1 | 0 | 33 |
| 2020 | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 |
| 2021 | 38 | 0 | 0 | 1 | 0 | 39 |
| Total | 460 | 10 | 16 | 14 | 6 | 488 |

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Tabela 6 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por país (1988-2021)

| Origem | Dumping | | Salvaguarda | Subsídios | Total Geral |
|------------------------|----------|--------------------------|-------------|-----------|-------------|
| | Original | Revisão final de período | | | |
| África do Sul | 8 | 6 | 0 | 0 | 14 |
| Alemanha | 13 | 6 | 0 | 0 | 19 |
| Arábia Saudita | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Argentina | 6 | 3 | 0 | 0 | 9 |
| Áustria | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Bangladesh | 2 | 4 | 0 | 0 | 6 |
| Bareine | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Bélgica | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Bósnia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Canadá | 3 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Casaquistão | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Chile | 3 | 4 | 0 | 0 | 7 |
| China | 76 | 72 | 0 | 1 | 149 |
| Cingapura | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Coreia do Sul | 13 | 6 | 0 | 0 | 19 |
| Costa do Marfim | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Croácia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Dinamarca | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Egito | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| Emirados Árabes Unidos | 4 | 3 | 0 | 0 | 7 |
| Eslovênia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Espanha | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| EUA | 28 | 19 | 0 | 0 | 47 |
| Filipinas | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Finlândia | 4 | 2 | 0 | 0 | 6 |
| França | 7 | 3 | 0 | 0 | 10 |
| Grécia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Holanda | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Hong Kong | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Hungria | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Índia | 14 | 9 | 0 | 5 | 28 |
| Indonésia | 4 | 1 | 0 | 1 | 6 |
| Israel | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Itália | 4 | 2 | 0 | 0 | 6 |
| Iugoslávia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Japão | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| Macedônia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Malásia | 2 | 0 | 0 | 2 | 4 |
| México | 10 | 8 | 0 | 0 | 18 |

| Origem | Dumping | | Salvaguarda | Subsídios | Total Geral |
|--------------------|------------|--------------------------|-------------|-----------|-------------|
| | Original | Revisão final de período | | | |
| Nova Zelândia | 1 | 2 | 0 | 0 | 3 |
| Países Baixos | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Peru | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Reino Unido | 3 | 4 | 0 | 0 | 7 |
| Romênia | 2 | 4 | 0 | 0 | 6 |
| Rússia | 9 | 5 | 0 | 0 | 14 |
| Sri Lanka | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Suécia | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Tailândia | 10 | 4 | 0 | 0 | 14 |
| Taiapé Chinês | 12 | 6 | 0 | 0 | 18 |
| Tchecoslováquia | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Todos | 0 | 0 | 6 | 0 | 6 |
| Turquia | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Ucrânia | 5 | 3 | 0 | 0 | 8 |
| União Européia | 5 | 6 | 0 | 1 | 12 |
| URSS | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Uruguai | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Venezuela | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Vietnã | 4 | 2 | 0 | 0 | 6 |
| Total Geral | 289 | 197 | 6 | 14 | 506 |

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Tabela 7 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios), por origem, em vigor em 31/12/2021

| Origem | Dumping | | Subsídios | Total Geral |
|------------------------|-----------|--------------------------|-----------|-------------|
| | Original | Revisão final de período | | |
| África do Sul | 1 | 3 | 0 | 4 |
| Alemanha | 3 | 4 | 0 | 7 |
| Argentina | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Bangladesh | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Bareine | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Bélgica | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Canadá | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Chile | 0 | 1 | 0 | 1 |
| China | 10 | 37 | 1 | 48 |
| Coreia do Sul | 1 | 5 | 0 | 6 |
| Egito | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Emirados Árabes Unidos | 0 | 3 | 0 | 3 |
| EUA | 1 | 11 | 0 | 12 |
| Finlândia | 0 | 1 | 0 | 1 |
| França | 2 | 1 | 0 | 3 |
| Holanda | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Índia | 2 | 4 | 2 | 8 |
| Indonésia | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Israel | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Itália | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Japão | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Malásia | 1 | 0 | 0 | 1 |
| México | 3 | 3 | 0 | 6 |
| Peru | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Reino Unido | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Romênia | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Rússia | 2 | 2 | 0 | 4 |
| Suécia | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Tailândia | 1 | 3 | 0 | 4 |
| Taipe Chinês | 1 | 6 | 0 | 7 |
| Turquia | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Ucrânia | 0 | 2 | 0 | 2 |
| União Européia | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Vietnã | 1 | 2 | 0 | 3 |
| Total Geral | 35 | 105 | 3 | 143 |

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Tabela 8 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por segmento econômico (1988-2021)

| Nº | Segmento | Investigações Iniciadas | Participação no Total de Investigações | Medidas e Compromissos de Preços em Vigor | Participação no Total de Medidas em Vigor |
|-------|---|-------------------------|--|---|---|
| I | Animais vivos e produtos do reino animal | 14 | 1,8% | 0 | 0% |
| II | Produtos do reino vegetal | 22 | 2,8% | 1 | 0,7% |
| III | Gorduras e óleos animais ou vegetais | 0 | 0% | 0 | 0% |
| IV | Produtos alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e tabaco | 10 | 1,3% | 4 | 2,8% |
| V | Produtos minerais | 12 | 1,5% | 0 | 0% |
| VI | Produtos químicos | 160 | 20,2% | 33 | 23,1% |
| VII | Plásticos e borrachas | 208 | 26,2% | 40 | 28,0% |
| VIII | Peles, couros e artigos de viagem | 0 | 0% | 0 | 0% |
| IX | Madeira, carvão vegetal e cortiça | 1 | 0,1% | 0 | 0% |
| X | Polpa de madeira, papel ou cartão | 26 | 3,3% | 5 | 3,5% |
| XI | Têxteis | 56 | 7,1% | 6 | 4,2% |
| XII | Calçados, guarda-chuvas, flores artificiais | 3 | 0,4% | 1 | 0,7% |
| XIII | Pedra, cimento, cerâmica, vidros | 44 | 5,5% | 15 | 10,5% |
| XIV | Pérolas e metais preciosos | 0 | 0% | 0 | 0% |
| XV | Metais comuns | 172 | 21,7% | 30 | 21,0% |
| XVI | Máquinas e aparelhos | 27 | 3,4% | 3 | 2,1% |
| XVII | Material de transporte | 4 | 0,5% | 0 | 0% |
| XVIII | Instrumentos óticos, relógios e instrumentos musicais | 9 | 1,1% | 1 | 0,7% |

| | | | | | |
|-------|---------------------------------|-----|------|-----|------|
| XIX | Armas e munições | 0 | 0% | 0 | 0% |
| XX | Mercadorias e produtos diversos | 25 | 3,2% | 4 | 2,8% |
| XXI | Obras de arte e antiguidades | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | | 793 | 100% | 143 | 100% |

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Nota explicativa 2: As coluna Investigações iniciadas inclui investigações originais e as revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Figura 10 - Investigações iniciadas contra Práticas Desleais e Salvaguardas por Segmento Econômico (1988 – 2021)

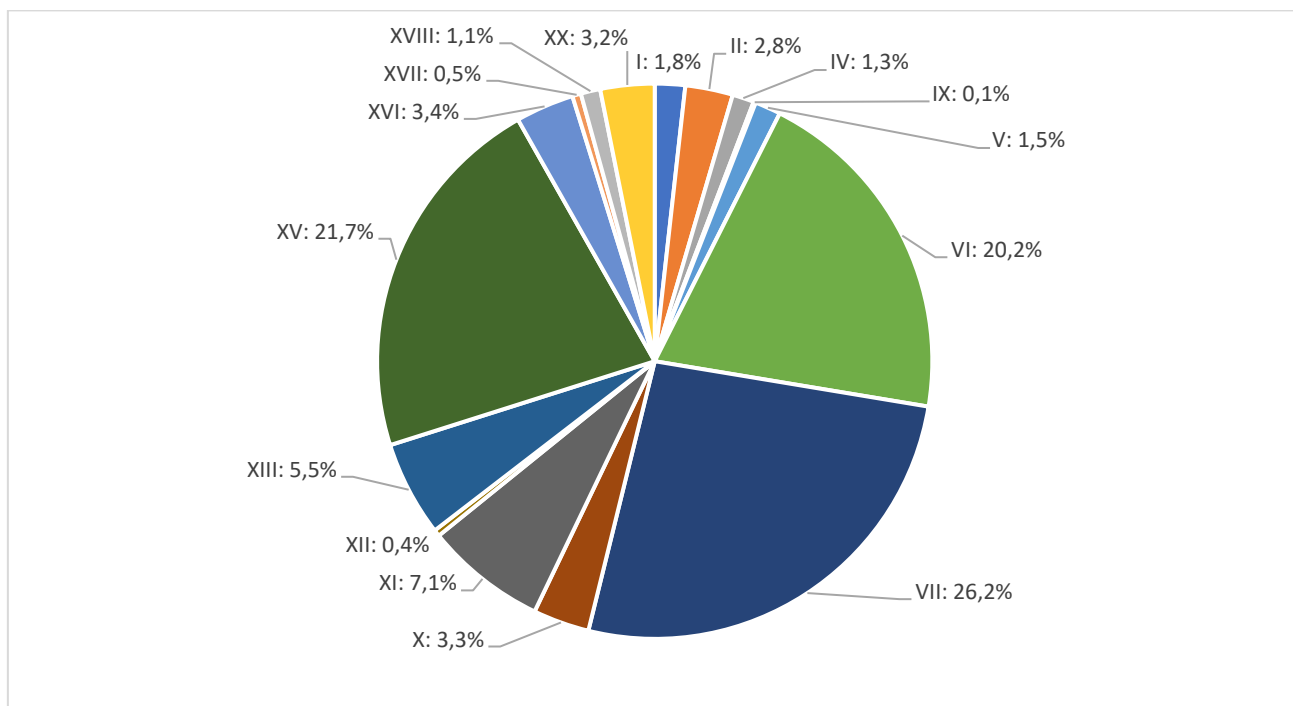


Figura 11 - Medidas aplicadas contra práticas desleais e salvaguardas por segmento econômico(1988 – 2021)

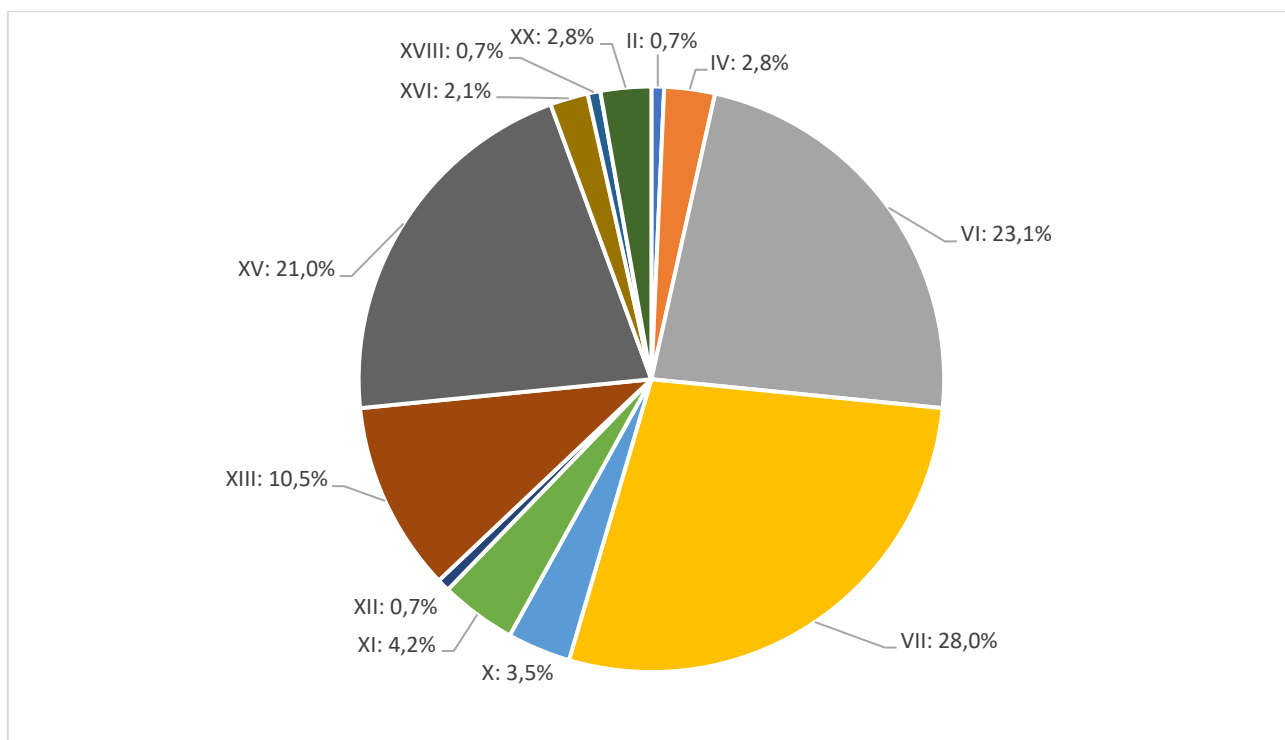


Tabela 9 - Compromissos de preços homologados em vigor em 31/12/2021

| Nº | Produto | País | Situação em 31/12/2020 |
|----|------------------------------|---------------|---|
| 1 | Ácido cítrico (dumping) | China | Compromisso de preço homologado pela Resolução CAMEX nº 82, de 17/10/2017 (publicada no D.O.U. de 18/10/2017) |
| 2 | Batatas congeladas (dumping) | França | Compromisso de preço homologado pela Resolução CAMEX nº 6, de 16/02/2017 (publicada no D.O.U. de 17/02/2017) |
| 3 | | Países Baixos | Compromisso de preço homologado pela Resolução CAMEX nº 6, de 16/02/2017 (publicada no D.O.U. de 17/02/2017) |

Tabela 10 - Extensões de medidas antidumping resultado de revisões anticircunvenção em vigor em 31/12/2021

| Nº | Produto | País | Situação em 31/12/2020 |
|----|--|----------------------|---|
| 1 | Laminados planos (chapas grossas) (com Boro) | China - Inciso III | Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014. |
| 2 | Laminados planos (chapas grossas) (com Boro) | Ucrânia - Inciso III | Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014. |
| 3 | Laminados planos (chapas grossas) (pintadas) | China - Inciso III | Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014. |
| 4 | Laminados planos (chapas grossas) (com Cromo) | China - Inciso III | Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 82 - DOU de 31/08/2015. |
| 5 | Laminados planos (chapas grossas) (em bobinas) | China - Inciso III | Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 2 - DOU de 27/01/2016. |
| 6 | Laminaos planos (chapas grossas) (com titânio) | China – Inciso III | Direito antidumping aplicado pela Resolução Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 8 - DOU de 17/02/2017. |

Tabela 11 - Verificações "in loco" na indústria nacional em 2021 (pandemia do COVID-19)

| Nº | Produto Investigado | Empresa Verificada | Local | Data |
|----|--------------------------|--------------------|--------------|-------------------------|
| 1 | EBMEG | Oxiten | São Paulo/SP | 29/11/2021 a 03/12/2021 |
| 2 | Laminados a frio aço 304 | Aperan | Timóteo/MG | 06/12/2021 a 10/12/2021 |
| 3 | Fios de poliéster | Unifi | Castanhal/PA | 13/12/2021 a 17/12/2021 |

Tabela 12 - Verificações "in loco" em importadores brasileiros em 2021 (pandemia do COVID-19)

| Nº | Produto Investigado | Empresa Verificada | Local | Data |
|----|---------------------|--------------------|-------|------|
| - | - | - | - | - |

Tabela 13 - Verificações "in loco" no exterior em 2021 (pandemia do COVID-19)

| Nº | Produto Investigado | Empresa Verificada | Local | País | Data |
|----|---------------------|--------------------|-------------------|----------------|-------------------------------|
| 1 | EBMEG | Dow | Midland, Michigan | Estados Unidos | 06/12/2021 a 10/12/2021 |

Fonte: Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público

Capítulo IV – Apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial em outras jurisdições

A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint) do Ministério da Economia (ME) e a Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (DDF) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) são as autoridades públicas competentes para acompanhar as investigações de defesa comercial abertas por terceiros países contra as exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador, em articulação com outros órgãos e entidades públicas e privadas, nos termos do art. 96, XII, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e do artigo 113 da Portaria MRE nº 212, de 30 de abril de 2008. Dentre as medidas de defesa comercial abarcadas estão as medidas antidumping, as medidas compensatórias e as salvaguardas.

Em linhas gerais, considerando o conhecimento da SDCOM nas questões legais envolvidas em investigações dessa natureza, a participação da SDCOM compreende:

- Notificações aos produtores/ exportadores brasileiros acerca das fases do processo e informações relevantes recebidas da autoridade investigadora estrangeira, bem como a prestação de esclarecimentos acerca das regras multilaterais aplicáveis à investigação;
- Análise das determinações alcançadas pelas autoridades estrangeiras, a qual envolve tanto a verificação do cumprimento dos procedimentos previstos nos Acordos pertinentes da OMC, como o mérito da decisão;
- Elaboração de minutas de manifestações do Governo Brasileiro enquanto parte interessada, nos casos cabíveis;
- No caso de investigações sobre subsídios: preparação das consultas e das respostas dos questionários enviados ao governo brasileiro, em conjunto com outros órgãos;
- No caso de salvaguardas: avaliação dos impactos da medida sobre as exportações brasileiras, preparação de pedidos de exclusão do Brasil ao amparo do Acordo de Salvaguardas da OMC, participação em consultas junto aos governos dos países aplicadores.

A fim de proporcionar a assistência necessária aos produtores/exportadores brasileiros, a Subsecretaria, quando solicitada, participa de reuniões com os setores envolvidos, esclarecendo sobre a legislação e a prática das autoridades investigadoras estrangeiras. Mediante demanda, a SDCOM também presta apoio às empresas envolvidas nas investigações durante as verificações in loco realizadas pelas autoridades estrangeiras nas instalações das empresas.

Em 2021, considerando o universo de medidas em vigor, medidas sob revisão e novas investigações iniciadas no ano, a SDCOM monitorou, acompanhou e interveio, quando necessário, em 51 procedimentos e medidas de defesa comercial que afetaram os interesses dos exportadores brasileiros. Esses procedimentos estiveram relacionados a 26 medidas/investigações/revisões antidumping, 4 medidas/investigações/revisões referentes a subsídios e medidas compensatórias, 18 medidas/investigações/revisões de salvaguardas e 3 medidas/investigações/revisões de outros procedimentos que afetaram as exportações brasileiras. Detalhamento sobre os produtos e países referentes a tais medidas e procedimentos encontram-se no Quadro III.1.

No que se refere ao estoque total de medidas de defesa comercial e outras medidas em vigor que atingem o Brasil, foram levantadas pela SDCOM a existência de 75 medidas em 31 de dezembro de 2021, distribuídas entre 45 medidas antidumping, 4 medidas compensatórias (subsídios), 23 medidas de salvaguardas de interesse e 3 outras medidas. A indicação dos países aplicadores e produtos atingidos encontra-se no Quadro III.2.

Cabe destacar que, em 2021, foram encerradas quatro investigações sem a aplicação de qualquer medida sobre as exportações brasileiras, sendo uma de subsídios e três de salvaguardas, tendo havido em todas atuação ativa da SDCOM. Os principais resultados recentes alcançados na atuação da SDCOM em apoio ao exportador brasileiro sujeito a investigações de defesa comercial no exterior são informados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/comercio-externo/defesa-comercial-e-interesse-publico/apoio-ao-exportador-brasileiro-investigado-por-defesa-comercial-em-outras-jurisdicoes/resultados-apoio-ao-exportador>

Considerando os acompanhamentos e atividades já elencados e as oportunidades para discussão de casos concretos com governos estrangeiros propiciadas pelos encontros multilaterais, regionais e bilaterais citados no capítulo anterior, podem-se destacar os seguintes resultados positivos nas atividades de apoio ao exportador, ao longo de 2021, realizadas pela SDCOM:

- Encerramento da investigação sobre subsídios e medidas compensatórias sobre chapas de alumínio, sem a imposição de medida ao produto nacional pelos Estados Unidos;
- Conclusão da investigação de salvaguardas relativas à importação de determinados produtos de aço, sem a aplicação de medidas contra o Brasil pelo Conselho de Cooperação do Golfo;
- Não abertura de investigação antidumping relativa ao setor de petróleo e gás brasileiro pela autoridade do Canadá;
- Encerramento da investigação de salvaguardas contra importações de confecções têxteis sem aplicação de medidas contra o Brasil pelo Peru;
- Não imposição, pela Argentina, de direito antidumping às exportações brasileiras de tecidos denim;

- Realização de consultas com o Reino Unido e com a Comissão Europeia sobre compensações em relação à respectivas salvaguardas sobre produtos de aço; e
- Reuniões da 90ª Sessão do Comitê do Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Atualmente o Brasil enfrenta mais de 30 medidas e investigações em andamento relacionadas ao setor no mundo.

A situação atualizada e o detalhamento das medidas antidumping e compensatórias aplicadas contra as exportações brasileiras, bem como as investigações de autoridades estrangeiras em curso, podem ser verificadas no site do Ministério da Economia, pelo endereço eletrônico <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/apoio-ao-exportador-brasileiro-investigado-por-defesa-comercial-em-outras-jurisdicoes/apoio-expo>

Tabela 14 - Casos contra exportações brasileiras com atuação da SDCOM em 2021

| DUMPING | |
|----------------------------------|--|
| África do Sul | Cortes de frango congelados |
| Total Africa do Sul = 1 | |
| Argentina | Artigos sanitários de cerâmica |
| | Dissoluções parenterais |
| | Facas de aço inoxidável |
| | Isoladores de porcelana |
| | Multiprocessadores |
| | Porcelanatos |
| Total Argentina = 6 | |
| Austrália | Papel A4 |
| Total Austrália = 1 | |
| Canadá | Chapas grossas de aço carbono ("Steel plate 7") |
| | Hastes de bombeio/bombeamento |
| | Laminados a quente |
| | Tubos circulares de cobre |
| Total Canadá = 4 | |
| China | Frangos |
| Total China = 1 | |
| Estados Unidos da América | Acessórios para tubos de solda de extremidade, de aço / Conexões para tubos de solda de extremidade de ferro fundido |
| | Borracha ESBR |
| | Chapas de alumínio |
| | Folhas de alumínio |
| | Laminados a frio |
| | Laminados a quente |

| | |
|--|---|
| | Mel natural |
| | Papel não revestido |
| Total Estados Unidos da América = 8 | |
| Índia | Laminados a quente |
| | Aço laminado a quente c/ou s/liga |
| Total Índia = 2 | |
| México | Papel bond cortado |
| | Vergalhões |
| Total México = 2 | |
| União Europeia | Electrolytic chromium coated steel |
| | |
| Total União Europeia = 1 | |
| TOTAL DUMPING = 26 | |
| SUBSÍDIOS | |
| Estados Unidos da América | Chapas de alumínio |
| | Laminados a frio |
| | Laminados a quente |
| | Peças fundidas para construção |
| Total Estados Unidos da América = 4 | |
| TOTAL SUBSÍDIOS = 4 | |
| SALVAGUARDAS DE INTERESSE | |
| Canadá | Laminados a quente |
| | Produtos de aço (Certain steel goods) |
| Total Canadá = 2 | |
| Conselho de Cooperação do Golfo | Certos produtos de aço |
| | |
| Total Conselho de Cooperação do Golfo = 1 | |
| Costa Rica | Açúcar cristal branco |
| | |
| Total Costa Rica = 1 | |
| Ecuador | Placas cerâmicas |
| | |
| Total Equador = 1 | |
| Egito | Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado |
| | |
| Total Egito = 1 | |
| Filipinas | Certos produtos de polietileno |
| | |
| Total Filipina = 1 | |
| Índia | Paineis solares |
| | |
| Total Índia = 1 | |
| Marrocos | Chapas laminadas a quente |
| | Colunas de iluminação |

| | |
|---|--|
| Total Marrocos = 2 | |
| Peru | Tecidos/ confecções |
| Total Peru = 1 | |
| Tunísia | Mini-ônibus (= ou - a 10 PAX); minivans |
| Total Tunísia = 1 | |
| Ucrânia | Certos tipos de queijo |
| | Hipocloreto de sódio |
| | Ladrilhos cerâmicos |
| | Perfis de PVC |
| | Soda cáustica |
| Total Ucrânia = 5 | |
| União Europeia | Produtos de aço |
| Total União Europeia = 1 | |
| TOTAL SALVAGUARDAS DE INTERESSE = 18 | |
| OUTRAS MEDIDAS | |
| Estados Unidos da América | Aço |
| | Alumínio e produtos de alumínio da posição 7601,7604,7605, 7606 ,7607, 7608, 7609; e HTSUS 7616.99.5160 e 7616.99.5170 |
| | Papel não revestido - bobinas |
| Total Estados Unidos da América - 3 | |
| TOTAL OUTRAS MEDIDAS = 3 | |
| TOTAL GERAL = 51 | |

Tabela 15 - Estoque de medidas de defesa comercial e outros procedimentos incidentes sobre exportações brasileiras

| | |
|--------------------------------|--|
| ANTIDUMPING | |
| África do Sul | Fritas de vidro |
| Total África do Sul = 1 | |
| Argentina | Acessórios para tubos de ferro fundido maleável |
| | Artigos sanitários de cerâmica |
| | Dissoluções parenterais |
| | Facas de aço inoxidável |
| | Facas, garfos e colheres de aço inoxidável com cabo de madeira ou plástico |
| | Isoladores de porcelana |

| | |
|----------------------------------|--|
| | Multiprocessadores |
| | Óxido de zinco |
| | Porcelanatos |
| | Resina de poliéster |
| | Transformadores trifásicos |
| | Tubos de Alumínio |
| | Unidades compressoras para gases |
| Total Argentina = 13 | |
| Austrália | Papel A4 |
| Total Austrália = 1 | |
| Canadá | Chapas grossas de aço carbono ("Steel plate 7") |
| | Hastes de bombeio/bombeamento |
| | Laminados a quente |
| | Tubos circulares de cobre com diâmetro externo de 0,2 a 4,25 polegadas |
| Total Canadá = 4 | |
| China | Frangos |
| Total China = 1 | |
| Costa Rica | Açúcar cristal branco |
| Total Costa Rica = 1 | |
| Estados Unidos da América | Acessórios para tubos de solda de extremidade, de aço / Conexões para tubos de solda de extremidade de ferro fundido |
| | Borracha ESBR |
| | Certos cabos de aço para concreto armado |
| | Chapas de alumínio |
| | Fio máquina carbono e de certas ligas de aço |
| | Folhas de alumínio |
| | Laminados a frio |
| | Laminados a quente |
| | Laminados de aço-carbono e aço-liga |
| | Mel natural |
| | Papel não revestido |

| | |
|---|--|
| | Peças fundidas para construção (antidumping) |
| | Tubos ou conexões sem liga, de solda circular |
| Total Estados Unidos da América = 13 | |
| Índia | Aço Rápico |
| | Laminados a quente |
| | Nitrocelulose |
| Total Índia = 3 | |
| México | Papel bond cortado |
| | Varas onduladas |
| Total México = 2 | |
| Paquistão | Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita ou impressão |
| Total Paquistão = 1 | |
| Tailândia | Laminados planos a quente |
| Total Tailândia = 1 | |
| Taipé Chinês | Laminados a quente |
| Total Taipé Chinês = 1 | |
| Turquia | Acessórios de tubos de ferro |
| | Papel |
| Total Turquia = 2 | |
| União Europeia | Certos produtos planos laminados a quente, de ferro ou aço, não ligado |
| Total União Europeia = 1 | |
| TOTAL ANTIDUMPING = 45 | |
| MEDIDAS COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS) | |
| Estados Unidos da América | Fio máquina carbono e de certas ligas de aço |
| | Laminados a frio |
| | Laminados a quente |
| | Peças fundidas para construção |
| Total Estados Unidos da América = 4 | |
| TOTAL SUBSÍDIOS = 4 | |
| SALVAGUARDAS DE INTERESSE | |
| Canadá | Laminados a quente |
| | Produtos de aço (Certain steel goods) |

| | |
|--|---|
| Total Canadá = 2 | |
| Costa Rica | Açúcar cristal branco |
| Total Costa Rica = 1 | |
| Egito | Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado |
| Total Egito = 1 | |
| Estados Unidos da América | Células fotovoltaicas de silício cristalino |
| | Máquinas de lavar |
| Total Estados Unidos da América = 2 | |
| Índia | Fibra óptica |
| | Paineis solares |
| Total Índia = 2 | |
| Indonésia | Folhas de alumínio (aluminum foil) |
| | Ladrilhos |
| Total Indonésia = 2 | |
| Malásia | Fio-máquina |
| Total Malásia = 1 | |
| Marrocos | Chapas laminadas a quente |
| | Tubos e canos soldados de ferro ou aço |
| Total Marrocos = 2 | |
| México | Papel bond |
| Total México = 1 | |
| Tailândia | Laminados a quente com liga |
| Total Tailândia = 1 | |
| Turquia | Escovas de dente |
| | Fios de nylon ou outras poliamidas |
| | PET |
| Total Turquia = 3 | |
| Ucrânia | Ácido sulfúrico |
| | Ladrilhos cerâmicos |
| | Soda cáustica |
| Total Ucrânia = 3 | |
| União Econômica Eurasiática | Laminados de aço |
| Total União Econômica Eurasiática = 1 | |
| União Europeia | Produtos de aço |
| Total União Europeia = 1 | |
| TOTAL SALVAGUARDAS DE INTERESSE = 23 | |
| OUTRAS MEDIDAS | |
| | Aço |

| | |
|--|--|
| Estados Unidos da América | Alumínio e produtos de alumínio da posição 7601,7604,7605, 7606 ,7607, 7608, 7609; e HTSUS 7616.99.5160 e 7616.99.5170 |
| | Papel não revestido - bobinas |
| Total Estados Unidos da América = 3 | |
| TOTAL OUTRAS MEDIDAS = 3 | |
| TOTAL GERAL = 75 | |

Capítulo V – Outros projetos concluídos

Guias de Defesa Comercial e Interesse Público

Tendo em vista o alto grau de complexidade que caracteriza os processos conduzidos pela SDCOM, a Subsecretaria tem buscado tornar sua atuação o mais transparente, previsível e clara possível, por meio da difusão do conhecimento a respeito de como são realizadas as investigações de defesa comercial e avaliações de interesse público no Brasil. Como parte desse esforço, em 2021 foram feitas as seguintes publicações:

Versão em inglês dos guias da SDCOM: Com o objetivo de aumentar a transparência das investigações de defesa comercial, foram divulgadas as versões em inglês dos Guias de Investigações Antidumping; do Cálculo da Margem de Dumping em Investigações Antidumping no Brasil; de Interesse Público em Defesa Comercial e de Apoio ao Exportador Brasileiro Investigado em Processos de Defesa Comercial no Exterior. Com isso, partes interessadas no exterior terão acesso a maiores detalhes sobre os processos de defesa comercial no Brasil, informações sobre a fórmula que a autoridade de defesa comercial brasileira utiliza para realizar o cálculo da margem de dumping e sobre o sistema governamental de apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial conduzidos por autoridades estrangeiras.

Versão atualizada e consolidada do Guia de Investigações antidumping: O Guia de Investigações Antidumping tem como objetivo a difusão de conhecimento sobre antidumping ao público externo e foi elaborado com base na legislação brasileira, nos acordos multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na jurisprudência da OMC sobre o tema, bem como em informações teóricas e práticas oriundas da experiência consolidada da SDCOM na condução dessas investigações. A versão definitiva da publicação traz esclarecimentos e responde a novas perguntas solicitadas em consulta pública. Foram esclarecidos tanto aspectos conceituais e metodológicos quanto questões operacionais já presentes na versão preliminar do Guia, além de terem sido inseridas informações acerca dos novos procedimentos adotados em decorrência da pandemia da Covid-19.

Guia do Processo Administrativo Eletrônico (SEI) em Defesa Comercial e Interesse Público: A partir de 1º de setembro de 2021, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia (SEI/ME) para produzir, editar, assinar, tramitar, receber e concluir os processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos de defesa comercial e às avaliações de interesse público. Para orientar e auxiliar as partes no processo de migração, foi elaborada a segunda edição do Guia Interno e Externo sobre o Processo Administrativo Eletrônico (SEI) em Defesa Comercial e Interesse Público. Na segunda edição foram adicionadas respostas a dúvidas dos usuários enviadas durante o período de transição.

Guia do Cálculo da Margem de Dumping em Investigações Antidumping no Brasil: O Guia de Cálculo de Margem de Dumping foi elaborado com base no Caderno DECOM n.3 - A determinação de dumping no processo de defesa comercial, publicado originalmente em setembro de 2015. Cientes da necessidade de aprimoramento na forma de esquematização do fluxo de cálculo da margem de dumping e visando a simplificar o entendimento das principais etapas do cálculo, nesse novo Guia foram incluídos fluxogramas que sistematizam o passo a passo do cálculo da margem de dumping em investigações antidumping no Brasil, elaborados a partir de produto entregue por consultor contratado via Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Utilização do SEI nos processos de defesa comercial

Em 2021 a SDCOM passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia (SEI/ME) para produzir, editar, assinar, tramitar, receber e concluir os processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos de defesa comercial e às avaliações de interesse público.

Em 14 de dezembro de 2020 foi publicado o Edital Secint 03/2020, para a contratação de consultoria externa junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo era estudar a viabilidade e propor a forma de transição, para o SEI, dos processos que são conduzidos no Sistema Decom Digital (SDD) referentes a investigações de defesa comercial (dumping, subsídios e salvaguardas), além de propor a forma de unificação da condução processual do que já é conduzido no próprio SEI, referente às investigações de Interesse Público.

O contrato de consultoria foi celebrado em 23 de fevereiro de 2021, após a condução do processo seletivo. Já em 24 de maio deste ano, foram publicadas a Circular Secex 36, de 21 de maio de 2021, contendo consulta pública sobre o estudo de viabilidade que embasava a proposta de transição da condução dos processos de defesa comercial do SDD para o SEI e a minuta de Portaria Secex para regulamentar a matéria. As contribuições da sociedade foram recebidas até 23 de junho de 2021. Após análise das contribuições da consulta pública, foi publicada, em 28 de julho de 2021, a Portaria Secex nº 103, de 27 de julho de 2021, que regulamentou a matéria. A portaria foi posteriormente consolidada na Portaria Secex nº 162, de 6 de janeiro de 2022.

A Circular Secex nº 52, de 02 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2021, divulgou a primeira versão do Guia Interno e Externo do Processo Eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em processos administrativos de defesa comercial e interesse público. O material foi elaborado com o objetivo de orientar os usuários internos e externos sobre a transição, bem como da unificação da condução processual do que já é conduzido no próprio SEI/ME, referente às investigações de interesse público. Em agosto, a SDCOM também realizou treinamento externo, de forma virtual, para esclarecer dúvidas sobre a mudança entre sistemas.

Ainda para ajudar na transição, foram divulgados uma série de documentos para auxiliar na melhor adaptação dos usuários externos e internos, como a segunda edição do Guia do Processo Administrativo Eletrônico (SEI) em Defesa Comercial e Interesse Público, em que foram adicionadas respostas a dúvidas dos usuários enviadas durante o período de transição, consolidadas na nova Seção 8 do Guia (Perguntas e Respostas - FAQ).

Consolidação normativa e publicação do #SDCOMMecum

O “SDCOM Mecum”, visa a consolidar, como em um “Vade Mecum”, todas as normas jurídicas referentes a defesa comercial e interesse público no Brasil. Assim, o documento está organizado da seguinte maneira, consolidando 18 normativos que compõem a legislação brasileira sobre defesa comercial e interesse público:

- Parte A – Normas gerais sobre Defesa Comercial
- Parte B – Normas específicas sobre Antidumping
- Parte C – Normas específicas sobre Subsídios e Medidas Compensatórias
- Parte D – Normas específicas sobre Salvaguardas
- Parte E – Normas gerais sobre Interesse Público em Defesa Comercial

Essa iniciativa está inserida no contexto do Decreto no 10.139, de 28 de novembro de 2019, que prevê a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto, cujo objetivo é simplificar normas e fortalecer a segurança jurídica, com potenciais efeitos positivos para a redução do custo Brasil. Recorde-se que, com este objetivo, a SDCOM consolidou em apenas 5 Portarias SECEX todo o arcabouço normativo infralegal brasileiro da área de defesa comercial e interesse público, revogando outros 20 normativos até então existentes:

- Portaria SECEX no 162, de 06 de janeiro de 2022, que dispõe sobre normas gerais utilizadas nos processos de defesa comercial;
- Portaria SECEX no 169, de 25 de janeiro de 2022, que dispõe sobre as normas específicas dos procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda;
- Portaria SECEX no 171, de 09 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre as normas específicas referentes a investigações antidumping;
- Portaria SECEX no 172, de 14 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre as normas específicas referentes a investigações de subsídios e medidas compensatórias;
- Portaria SECEX no 13, de 29 de janeiro de 2020, que dispõe sobre interesse público.

O acesso ao “SDCOM Mecum” está disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/legislacao-roterios-e-questionarios>

Capítulo VI – Participações em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais

A SDCOM, como órgão responsável pela operacionalização dos instrumentos de defesa comercial no Brasil, a participação da SDCOM é essencial nas negociações internacionais relativas ao tema, e sua participação não se restringe à elaboração de propostas e à análise dos posicionamentos e considerações apresentados por outros países, englobando a participação direta nas reuniões internacionais e contribuindo, assim, para a defesa dos interesses brasileiros na área.

Ademais, para garantir que a posição e as propostas brasileiras reflitam os interesses do setor produtivo, inclusive daquela parcela com interesse exportador, e atendam ao interesse nacional, a SDCOM busca promover e participar de debates sobre temas de defesa comercial com representantes do Governo e da iniciativa privada. Ainda, com a incorporação da análise de interesse público em matéria de defesa comercial dentre as competências da SDCOM, o tema passou a ser objeto de discussão com a sociedade civil e agentes públicos.

No ano de 2021 a SDCOM participou dos seguintes eventos:

- Rodada de negociações MERCOSUL-Canadá, realizada em 17 de março de 2021;
- Reunião com a autoridade de Defesa Comercial e Interesse Público do Reino Unido, realizada em 30 de julho de 2021;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Canadá, realizada entre 31 de maio e 2 de junho de 2021;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Canadá, realizada em 17 de junho de 2021;
- Seminário: Migração dos Processos de Defesa Comercial para o SEI, realizado pela SDCOM em 20 de agosto de 2021;
- Participação no Seminário de Comércio Internacional, realizado pelo IBRAC entre os dias 25 e 27 de agosto de 2021;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Coreia do Sul, realizada em 30 de agosto de 2021;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Singapura, realizada em 29 de setembro de 2021;
- Participação no Seoul International Forum on Trade Remedies, organizado pela Korea Trade Commission (KTC) em 15 de novembro de 2021;
- Rodada de negociações MERCOSUL-Singapura, realizada em 24 de novembro de 2021;

- Participação no Workshop on Trade Remedies – Brazil, organizado pela OMC, em 17 de dezembro de 2021.